

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
NATALIA DE LARA RAMPASI

**FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: CIDADE PARA QUEM? UMA
ANÁLISE DA ARQUITETURA HOSTIL E SUA INFLUÊNCIA NO ESPAÇO
URBANO**

CASCADEL

2020

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
NATALIA DE LARA RAMPASI

**FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: CIDADE PARA QUEM? UMA
ANÁLISE DA ARQUITETURA HOSTIL E SUA INFLUÊNCIA NO ESPAÇO
URBANO**

Trabalho de Conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo, da FAG, apresentado na modalidade Teórico-conceitual, como requisito parcial para a aprovação na disciplina: Trabalho de Curso: Qualificação.

Professora Orientadora: Arq. Me. Sirlei Maria Oldoni.

CASCADEL
2020

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
NATALIA DE LARA RAMPASI

**FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: CIDADE PARA QUEM? UMA
ANÁLISE DA ARQUITETURA HOSTIL E SUA INFLUÊNCIA NO ESPAÇO
URBANO**

Trabalho apresentado no Curso de Arquitetura e Urbanismo, do Centro Universitário Assis Gurgacz, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, sob a orientação da Professora Arquiteta e Urbanista Sirlei Maria Oldoni.

BANCA EXAMINADORA

Professora Orientadora
Centro Universitário Assis Gurgacz
Prof^a Arq^a Me. Sirlei Maria Oldoni

Professora Avaliadora
Centro Universitário Assis Gurgacz
Prof^a Arq^a Dr^a Solange Irene Smolarek Dias

Cascavel/PR, 02 de junho de 2020

EPÍGRAFE

“As cidades têm a capacidade de oferecer algo a todos, mas só porque e quando são criadas por todos”.

Jane Jacobs (2011, p. 164)

RESUMO

Visando compreender a função social da arquitetura e do urbanismo, esta pesquisa teve por objetivo analisar a chamada arquitetura hostil e como ela pode interferir na utilização do espaço público nas cidades de médio porte. Nesse processo, os dispositivos antimendigos como os mobiliários urbanos e barreiras físicas, além dos enclaves fortificados, que tem como função excluir o sujeito indesejável moldando o comportamento e a relação do indivíduo com a cidade que tende se tornar cada vez mais hostil e desconfortável. Dessa forma, o espaço urbano perde a finalidade para qual foi projetado, promovendo a desigualdade social e a discriminação. Assim, o trabalho teve como problema de pesquisa identificar se existe a arquitetura hostil em cidades de médio porte e quais as suas consequências no espaço urbano, de modo que o objetivo geral, é entender como esse fenômeno mundial pode afetar a construção de cidades inclusivas e acessíveis para todos. Para isso, o encaminhamento metodológico da pesquisa se dará por meio da pesquisa bibliográfica – onde foram abordados a origem, os conceitos e as razões pelas quais os dispositivos, artefatos e estratégias hostis são implantados – e da pesquisa de campo que teve como intuito compreender e analisar o fenômeno na cidade de Cascavel no Paraná, para então responder o problema da pesquisa. O tema justificou-se nos âmbitos social, cultural e acadêmico, pois pode influenciar a reflexão e futuros debates a fim de modificar a situação atual da sociedade.

Palavras-chave: Arquitetura hostil. Segregação social. Espaço urbano. Enclaves fortificados.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Tapume adaptado para se tornar uma gentileza urbana no espaço público	23
Figura 02 – Fachada completa do Espaço <i>Unity</i> , na orla do Cabo Branco, em João Pessoa	24
Figura 03 – <i>Parklets</i> instalados na cidade de São Paulo pela empresa Tegra Incorporadora ...	24
Figura 04 – Mesas bloqueando a passagem.....	31
Figura 05 – <i>Spikes</i> de concreto sob uma ponte na cidade de Guangzhou na China.....	31
Figura 06 – <i>Spikes</i> de metal na soleira da vitrine de uma loja.....	32
Figura 07 – Assentos no espaço público com divisórias restringindo a sua utilização	32
Figura 08 – Bancos “impermeáveis” ao vandalismo na Estação de trem na Filadélfia.	33
Figura 09 – Barras de ferro coibindo a presença no local	33
Figura 10 – Vasos de plantas ocupando “área morta”	34
Figura 11 – Plantas com espinhos repelindo a população de rua	34
Figura 12 – Pedras colocadas propositalmente para que não seja possível sentar/deitar-se	35
Figura 13 – Chuveirinho instalado sob marquise de edifício residencial.....	35
Figura 14 – Paraciclos instalados sob viaduto na cidade de Seattle nos Estados Unidos	36
Figura 15 – Cercas de ferro impedindo a permanência debaixo do espaço desocupado.....	36
Figura 16 – Muralhas no luxuoso bairro do Leblon no Rio de Janeiro	37
Figura 17 – Favela de Paraisópolis em contraste com a Zona Sul da cidade de São Paulo	38
Figura 18 – Localização da cidade de Londres na Inglaterra	40
Figura 19 – <i>Spikes</i> de metal na cidade de Londres, Inglaterra	42
Figura 20 – Banco Camden instalado na capital inglesa	42
Figura 21 – Esquemas representativos da evolução formal do banco Camden.....	43
Figura 22 – Luz <i>neon</i> instalada para expulsar usuários de drogas	43
Figura 23 – Dispositivo sonoro antiadolescente.....	44
Figura 24 – Gaiolas de metal impedindo que os sem-teto se aproximem para se aquecer	44
Figura 25 – Localização do município de São Paulo, São Paulo	46
Figura 26 – Região dos Jardins em São Paulo.....	48
Figura 27 – Barracas de moradores de rua ocupando a Praça da Sé	49
Figura 28 – Rampa antimendigo instalada sob túneis em São Paulo	49
Figura 29 – Grades instaladas nos canteiros de uma residência na capital paulista.....	50
Figura 30 – Vasos de plantas em grande quantidade para coibir a permanência das pessoas...	50
Figura 31 – Localização do município de Cascavel no Paraná	52

Figura 32 – O bairro Centro localizado em Cascavel.....	56
Figura 33 – Localização dos enclaves fortificados escolhidos para o estudo	57
Figura 34 – Mapa identificando a localização dos viadutos escolhidos para a análise	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Faixa etária das pessoas em situação de rua atendidas em 2012	55
Tabela 02 – Identificação das pessoas atendidas em 2012 pelo Centro POP	55

LISTA DE SIGLAS

BR – Rodovia Federal.

CAUFAG – Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz.

CASA POP – Unidade de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua.

CENTRO POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua.

CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna.

GEDAU – Grupo de Estudos e Discussão de Arquitetura e Urbanismo.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

PB – Paraíba.

PR – Paraná.

PVC – Policloreto de Vinila.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DIRECIONADOS AO TEMA DA PESQUISA.....	15
1.1 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS NOS FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS	15
1.2 O ESPAÇO URBANO: SUA FORMAÇÃO SOCIAL	22
1.3 A ARQUITETURA HOSTIL.....	26
1.3.1 Artefatos e dispositivos hostis	30
1.3.2 Enclaves fortificados	37
1.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	39
2 CORRELATOS	40
2.1 LONDRES.....	40
2.2 SÃO PAULO.....	46
2.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	51
3 APLICAÇÃO NO TEMA DELIMITADO: O CASO DE CASCAVEL – PR.....	52
3.1 CASCAVEL – PR	52
3.2 AS DESIGUALDADES SOCIAIS NO ESPAÇO URBANO	53
3.3 RECORTES DAS ÁREAS DE ESTUDO	56
3.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	58
CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	59

REFERÊNCIAS	61
--------------------------	-----------

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa está vinculada à disciplina de Trabalho de Conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz – CAUFAG. O trabalho insere-se na linha de pesquisa intitulada “Arquitetura e Urbanismo”, integrando-se ao grupo de pesquisa denominado “GEDAU – Estudos e discussão de Arquitetura e Urbanismo”. O trabalho procura analisar se há arquitetura hostil em cidades de médio porte e como ela pode interferir negativamente no comportamento urbano.

O tema da pesquisa visa as cidades contemporâneas tendo como assunto o estudo da influência da arquitetura hostil – também conhecida como arquitetura antimendigo¹, arquitetura da exclusão ou arquitetura da violência – sobre as cidades.

O trabalho apresentará as estratégias, artefatos e mobiliários implantados para a limitação do uso do espaço urbano e edificações, funcionando como uma “limpeza social²”. O estereótipo de que a violência está relacionada aos mais pobres auxilia na propagação da arquitetura hostil fazendo com que o mercado amplie as medidas para a proteção patrimonial aumentando o seu faturamento. A criminalização e a repulsa pela aparência física são fatores que acentuam o preconceito e a anulação desses indivíduos perante a sociedade, que consequentemente dá origem a segregação urbana banindo o direito coletivo à cidade. A pesquisa além de identificar a arquitetura hostil presente nas cidades, tem como intuito analisar as consequências dessa arquitetura no espaço público.

Desta forma, a pesquisa tem como justificativa compreender como a arquitetura através de edificações, barreiras físicas ou dispositivos antimendigos excludentes podem tornar as cidades lugares hostis e pouco convidativas para os seus cidadãos, interferindo na utilização dos espaços públicos podendo ocasionar a segregação socioespacial.

No contexto social, o trabalho quer mostrar como a arquitetura e o urbanismo são fundamentais para uma sociedade justa e inclusiva. Além disso, o objetivo é conscientizar e

¹ Segundo Drohan (2019), o termo antimendigo tem sua origem desconhecida. No entanto, Melgaço (2010) explica que o termo é uma forma de intolerância a respeito da figura do “outro”, das pessoas que não se encaixam nos padrões da sociedade como os mendigos, os usuários de drogas e especialmente os mais pobres. Nesse cenário, o “outro” é visto como um inimigo tornando-se a figura de destaque na psicosfera do medo (MELGAÇO, 2010, p. 129).

² De acordo com Silva (2017, p. 35) “as práticas de limpeza social ocorrem através da eliminação e realocação de sujeitos socialmente indesejáveis, aqueles que compõem as camadas socioeconômicas menos favorecidas e que, na maioria das vezes, são colocados à margem da sociedade”.

desconstruir a sociedade perante o preconceito e discriminação, em relação as pessoas de diferentes classes sociais.

No âmbito acadêmico, o trabalho é uma forma de contribuição do conhecimento, expandido a visão na universidade para os problemas sociais que devem ser resolvidos por meio de projetos acessíveis, justos e dignos para todos.

Profissionalmente, a pesquisa permite que os arquitetos e urbanistas visualizem a importância da função social da profissão, incentivando a reflexão sobre o assunto e a concepção de projetos cada vez mais humanos.

Para o presente trabalho, apresenta-se o problema da pesquisa: É possível notar a arquitetura hostil em cidades de médio porte e quais as suas consequências? A partir do problema, foram formuladas duas hipóteses: a primeira delas, é que a arquitetura hostil existe nas cidades de médio porte, mas em uma escala menor se comparada com as cidades de grande porte. A segunda hipótese, é que a arquitetura hostil existe por conta da violência e do crime da contemporaneidade e suas consequências é a propagação da segregação socioespacial.

Como objetivo geral, a pesquisa pretende compreender se há arquitetura hostil nas cidades de médio porte e como ela afeta a construção de cidades inclusivas e acessíveis para todos.

Para isso, foram formulados os seguintes objetivos específicos: I. Contextualizar a construção social do espaço urbano; II. Apresentar os conceitos e origens da arquitetura hostil; III. Mostrar os artefatos (mobiliários, barreiras físicas, etc.) que tem a finalidade de coibir o uso de determinados espaços; IV. Apresentar casos de referência de uso de artefatos hostis; V. Apresentar a cidade estudo de caso, Cascavel – PR. VI. Realizar a pesquisa de campo na cidade de Cascavel – PR; VII. Mapear elementos que caracterizem a hostilidade da cidade; VIII. Analisar os dados e informações obtidos na pesquisa de campo; IX. Apresentar as consequências para a cidade; X. Responder o problema da pesquisa, validando ou refutando a hipótese inicial.

O marco teórico da pesquisa foi retirado do livro de Caldeira (2000), onde a autora analisa a forma pela qual o crime, o medo e o desrespeito com os direitos de todos os cidadãos transformam as cidades disseminando a segregação social e espacial. Nas palavras da autora:

Os enclaves fortificados conferem status. A construção de símbolos de status é um processo que elabora diferenças sociais e cria meios para a afirmação de distância e desigualdades sociais. Os enclaves são literais na sua criação de separação. São claramente demarcados por todos os tipos de barreiras físicas e artifícios de

distanciamento e sua presença no espaço da cidade é uma evidente afirmação de diferenciação social. Eles conferem uma nova maneira de estabelecer fronteiras entre grupos sociais, criando novas hierarquias entre eles e, portanto, organizando explicitamente as diferenças como desigualdade. (CALDEIRA, 2000, p. 259).

Para a resolução do problema da pesquisa, serão utilizados como encaminhamentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Marconi e Lakatos (2017) definem a pesquisa bibliográfica como uma metodologia realizada através de leituras e estudo de toda a bibliografia publicada a respeito do assunto da pesquisa, podendo ser elas: livros, jornais, revistas, teses, artigos, monografia entre muitos outros.

O caso a ser estudado é a cidade de Cascavel – PR, de acordo com o autor Yin (2001) o estudo de caso é uma forma de fazer pesquisas na área das ciências sociais, que tem como foco os fenômenos no contexto da vida real sendo possível analisar os dados ou respostas do que já foi publicado sobre o tema.

Para o estudo de caso se utilizará de pesquisa de campo, que por sua vez, será realizada por meio de levantamento fotográfico (mapeamento dos artefatos urbanos excludentes) e dados quantitativos³ e qualitativos⁴. Segundo Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa de campo consiste na obtenção de informações relevantes que podem auxiliar na procura da resposta do problema da pesquisa.

Conforme Parra Filho e Santos (1998), com base na pesquisa a ser desenvolvida, as informações podem ser obtidas de várias formas, entre elas, a entrevista e a elaboração de um questionário “que pode valer-se do anonimato, permitindo desta forma, que os dados obtidos correspondam fielmente aos anseios do informante”.

A presente monografia esta organizada em três capítulos: o primeiro capítulo corresponde a contextualização dos fundamentos arquitetônicos e a revisão bibliográfica direcionada ao tema da pesquisa, que tem como intuito compreender a origem da arquitetura, o surgimento das cidades e como ocorreu o planejamento urbano das cidades brasileiras. Em

³ O método quantitativo se dá por meio da quantificação de dados ou opiniões através de coleta ou entrevistas, também pode ser feita com técnicas e recursos de estatísticas. Esse método é comumente usado nas pesquisas de campos sociais, administrativos e econômicos, a fim de garantir a precisão de resultados (OLIVEIRA, 2002, p. 155).

⁴ Gibbs (2009, p. 17) expõe que os dados qualitativos são significativos porque mostram diversidade considerando as formas de comunicação humana por meio da escrita, audição e visão; podendo ser também por comportamento, artefatos culturais e simbologias, assim, deixando de lado os números e as estatísticas.

seguida, são abordados os conceitos da arquitetura hostil, como e por que ela surgiu, além de mostrar exemplos de dispositivos e estratégias hostis encontradas no espaço urbano.

O segundo capítulo apresenta correlatos da arquitetura hostil em diferentes cidades do mundo: Londres na Inglaterra e São Paulo no Brasil. Os correlatos permitem um melhor entendimento do leitor quanto à propagação da arquitetura hostil pelo mundo, ficando nítido que o fenômeno pode ocorrer tanto em países de primeiro mundo, quanto em países em desenvolvimento como é o caso do Brasil.

O capítulo três, ainda em desenvolvimento, expõe a cidade escolhida para o estudo de caso da análise da arquitetura hostil: Cascavel – PR. No capítulo é apontado o contexto histórico do surgimento da cidade, bem como as características que tornaram o município a capital do Oeste do Paraná e uma das maiores cidades do estado. Em seguida, são apresentados os recortes das áreas escolhidas para a realização do estudo.

1 FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DIRECIONADAS AO TEMA DA PESQUISA

O primeiro capítulo apresenta os fundamentos e conceitos arquitetônicos adquiridos nos cinco anos de curso, dentro dos quatro pilares da arquitetura: história e teorias da arquitetura, projetos e paisagismo, tecnologias construtivas e o urbanismo – correlacionando-os ao tema do trabalho. Além disso, a fundamentação apresenta a construção social do espaço urbano, conceitos e a origem da arquitetura hostil, bem como exemplos de elementos hostis implantados na cidade. Desse modo, o desenvolvimento da fundamentação da pesquisa visa a compreensão da arquitetura, como base para o crescimento e planejamento das cidades.

1.1 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS NOS FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS

A origem da arquitetura, de acordo com Glancey (2001, p. 14), está relacionada a prática a agricultura. Para a prática da atividade foi necessário que as pessoas se estabelecessem em um lugar e passassem a viver ali, deixando de lado a vida de nômades, que levavam assim como seus ancestrais, e criaram as primeiras cidades. Portanto, segundo o autor, o início da arquitetura foi contemporâneo ao surgimento das cidades.

A arquitetura, conforme Dias (2010, p. 4), é a história do ser humano, desde o princípio onde era necessário se esforçar para conseguir um abrigo; assim, a arquitetura é toda a história da civilização. Glancey (2001, p. 7) reforça dizendo que “em sua melhor forma, a arquitetura, que é diferente do mero edificar, eleva nossos espíritos e nos emociona; na pior, ela nos diminui, apesar de nunca poder realmente fazê-lo”.

Apesar de existir desde a origem das primeiras cidades, é necessário colocar que se encontra muitas designações e conceitos que definem a arquitetura.

Roth (2017, p. 9) aponta que “talvez a definição mais básica de arquitetura tenha sido escrita pelo arquiteto romano Marcos Vitrúvio⁵, por volta de 25 a.C.”. O tratado de arquitetura escrito por Vitruvius coloca como elementos básicos as três vertentes: a utilidade, a firmeza e a

⁵ Foi um famoso arquiteto romano e responsável pelo mais antigo tratado da arquitetura que possui 10 volumes com textos sobre diversos assuntos: arquitetura e urbanismo, hidráulica, engenharia, materiais, acabamentos, hidráulica, mecânica, entre outros. Seu trabalho possui importância histórica até os dias atuais (COLIN, 2002, p. 30).

beleza. Com utilidade, Vitruvius coloca que a disposição dos cômodos deve ser feita de modo que os espaços sejam funcionais e que as edificações sejam adequadas ao lugar onde serão inseridas. A firmeza, pode ser entendida como a parte estrutural da edificação e a necessidade de que ela seja sólida e feita com os materiais apropriados. Já a beleza deveria seguir os princípios da simetria, tornando a obra esteticamente agradável e bonita.

A respeito disso, Pereira (2010, p. 14) expõe que o espaço e o tempo são as variáveis necessárias para a arquitetura e a história, e a arquitetura compreende tanto as edificações, como o projeto da cidade, dando conceito à história urbana.

Zevi (2009, p. 24) por sua vez, define a arquitetura como aquela que leva em conta o espaço interior. Conforme o autor, “a bela arquitetura será a arquitetura que tem um espaço interior que nos atrai, nos eleva, nos subjuga espiritualmente; a arquitetura feia será aquela que tem um espaço interior que nos aborrece e nos repele”.

Nesse contexto Dias (2010, p. 5) afirma que as palavras construção e arquitetura são termos que possuem diferentes significados, uma vez que o construir pode ser feito até mesmo por animais; a arquitetura, no entanto, é desenvolvida somente pelos humanos. Nas palavras da autora:

Arquitetura é a arte ou ciência de projetar espaços organizados, por meio do agenciamento urbano e da edificação, para abrigar os diferentes tipos de atividades humanas. Seguindo determinadas regras, tem como objetivo criar obras adequadas a seu propósito, visualmente agradáveis e capazes de provocar um prazer estético (DIAS, 2010, p. 5).

Em conformidade, Zevi (2009, p. 17) discorre sobre o que distingue a arquitetura das demais artes. Enquanto, a pintura se dá sobre duas dimensões e a escultura se dá por meio de três dimensões, mas só pode ser admirada no seu exterior, a arquitetura pode ser adentrada e vivenciada. Nas palavras de Roth (2017):

A arquitetura é a arte inevitável. A todo momento, acordados ou dormindo, estamos em edifícios, perto de edifícios, ou em paisagens formadas pelo artifício humano. É possível optar por não olhar para pinturas, esculturas, desenhos ou qualquer arte visual, mas a arquitetura nos toca constantemente, afeta nosso comportamento e condiciona nosso humor psicológico. Pessoas cegas ou surdas podem não ver pinturas ou ouvir música, mas, como todos os outros seres humanos, precisam lidar com a arquitetura. Mais do que mero abrigo ou uma proteção contra intempéries, a arquitetura é também o registro físico das atividades e aspirações humanas. É a herança cultural que nos foi legada (ROTH, 2017, p. 1).

A conceituação de arquitetura para Colin (2002, p. 21), se fundamenta em três aspectos:

a profissão, o produto cultural e a excelência estética ou arte. Antes de tudo arquitetura é profissão, onde a graduação é composta por três áreas do conhecimento (técnica, humanidades e representação de projetos); a arquitetura também pode ser entendida como um produto cultural porque muito do se sabe sobre as antigas civilizações foi aprendido através da arquitetura desses povos; e por fim, a arquitetura é uma arte porque seu processo de produção é feito com conhecimento, materiais e condições necessárias, e tem suas questões estéticas valorizadas.

Gympel (2001, p. 6) aponta que outro fator que torna a arquitetura diferente das outras artes é a segurança – isso porque, as construções são um abrigo contra as intempéries e perigos externos. No decorrer da pesquisa será possível notar como essa afirmação de Gympel (2001) é válida, uma vez, que a segurança hoje é considerada um dos aspectos mais importantes no desenvolvimento das cidades.

Com base nos conceitos de arquitetura apresentados anteriormente, será possível compreender nos próximos tópicos como a arquitetura hostil contradiz o principal objetivo da arquitetura: ser abrigo e servir de proteção.

Outro pilar da arquitetura que é fundamental e de extrema relevância para a compreensão dessa pesquisa é o urbanismo que tem como objetivo identificar como o processo de urbanização influenciou na construção das cidades que conhecemos hoje.

O termo “urbanismo” foi utilizado pela primeira vez em meados do século XIX por Ildefons Cerdá⁶ em sua obra intitulada de Teoria Geral da Urbanização (LIMA, 2002).

Harouel (2004, p. 8) salienta que apesar do termo “urbanismo” ter sido criado há pouco tempo, “a noção que ele abrange parece a *priori* tão velha quanto a civilização urbana”. O autor coloca ainda que a palavra se refere a cidade e os elementos que a compõe, como a sua morfologia, o traçado urbano, as obras públicas, a legislação e o direito a cidade; e geralmente, está ligada às sociedades urbanas do passado.

Cunha Filho (1998, p. 26) enfatiza que os estudiosos ainda estão em conflito com o neologismo “urbanismo”, isso porque, a palavra está sendo utilizado de duas formas diferentes: para alguns autores, ela tem um sentido amplo e para outros um sentido restrito.

Nesse sentido, Goitia (1996, p. 7) reforça que estudar o urbanismo não é tão simples,

⁶ Ildefons Cerdá (1816 – 1876) nasceu em Barcelona foi um engenheiro urbanista conhecido pelo Plano de Cerdá que consistia na extensão e reforma da cidade de Barcelona na Espanha. É considerado um dos precursores do urbanismo moderno (VICENTE, 1966).

pois se trata de um tema difuso e complexo que pode ser analisado de muitos ângulos e formas diferentes, impossibilitando um único homem de obter todos os conhecimentos necessários para entender a cidade.

Harouel (2004, p. 13) explica que inicialmente na Grécia antiga, as cidades (*polis*⁷) eram comunidades que tinham como fundamento o caráter religioso, político e moral; essas cidades surgiram em uma sociedade rural e as habitações eram dispersas, mas logo se tornaram um estabelecimento urbano. Para os gregos, a fundação de uma cidade era um ato político, mas a questão religiosa tinha sua importância. As obras realizadas por eles eram entregadas aos deuses como forma de sacrifício. O grande precursor do urbanismo na Grécia antiga foi Aristóteles, que “defende uma especialização dos bairros segundo sua função: comercial ou artesanal, residencial, administrativo, religioso. Ele preconiza especialmente a criação de duas praças bem distintas, uma reservada à vida pública e a outra consagrada às atividades comerciais”.

Os romanos fundaram cidades por meio do legado dos etruscos e deram origem ao traçado urbano com duas linhas referenciais: o *cardo* (norte – sul) e o *decumanus* (leste – oeste) que se cruzavam em ângulo reto. A linha que delimitava a área da cidade foi denominada de *limitatio* e por originar uma marca na terra, os romanos a consideraram uma linha de proteção espiritual que recebeu o nome de *pomerium* (CUNHA FILHO, 1998, p. 27).

Na Idade Média, as cidades surgiram como uma comunidade organizada devido à necessidade de mão-de-obra e vigilância para a construção e preservação das muralhas que cercavam a área. As muralhas não serviam como proteção apenas para os seus habitantes, mas também para os indivíduos das redondezas. Posteriormente, “a partir da Renascença, os fundamentos de um pensamento urbanístico autônomo se encontram colocados, mas a ruptura com o passado não está de fato consumada”. A Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX produziu uma série de mudanças no planejamento urbano dando origem ao chamado “urbanismo moderno” (HAROUEL, 2004, p. 9).

Lima (2002) reitera os quatro objetivos das cidades nesse período: o primeiro deles é melhorar as condições de circulação aliviando os centros urbanos; o segundo ponto seria a elevação da densidade populacional no centro das cidades, para incentivar o comércio e

⁷ O termo *polis* tem origem grega e significa “cidade”. Também pode ser compreendido como um Estado soberano composto pela cidade e pelo campo, onde os seus indivíduos são submetidos às mesmas divindades protetoras (FUNARI, 2001, p. 19).

impulsionar o capitalismo; o terceiro objetivo é adaptar as ruas para a circulação dos novos meios de transporte; e por último, o quarto objetivo expandir o número das áreas verdes aspirando o bem estar dos habitantes. Nesse momento se faz necessário a criação de normas e regras a fim de regularizar o crescimento das cidades.

Após a era industrial, o urbanismo passa por mudanças drásticas. Conforme Harouel (2004, p. 101), a população quadruplica após 1850 ocasionando a inflação das cidades.

Os subúrbios que antes eram locais de passeio da burguesia, com as consequências da revolução industrial e o elevado aumento na densidade demográfica, se tornam os subúrbios modernos. Nessa fase, a evolução das técnicas e materiais oriundos da revolução permite a implementação de novos equipamentos urbanos como os aeroportos, estradas de ferro e autoestradas urbanas, estações, ônibus, além do acesso ao gás e a eletricidade. Nesse sentido, pode-se dizer que “a cidade se torna um organismo cada vez mais complexo onde cada nova engrenagem é o fruto de uma alta tecnicidade” (HAROUEL, 2004, p. 110).

Conforme a Carta de Atenas⁸ (1941, p. 130 *apud* CORBUSIER, 1993), as cidades deveriam ser planejadas para atender a todas as necessidades dos seus habitantes, em suas palavras, “as chaves do urbanismo estão nas quatro funções: habitar, trabalhar, recrear-se (nas horas livres), circular”.

Para compreender o tema abordado na pesquisa se faz necessário entender como se deu a evolução das cidades brasileiras e o seu processo de urbanização até os dias atuais.

No Brasil, a urbanização das cidades aconteceu em meados do século XX, no entanto, alguns traços do período colonial permaneceram firmes como a concentração de terra e renda nas mãos das pessoas com poder e o exercício do coronelismo (MARICATO, 2003, p. 151).

Segundo Maricato (2003, p. 151), pode-se destacar o papel do Estado que muitas vezes aplica a lei para determinados grupos, concentrando os privilégios e promovendo a desigualdade social. Ainda na década de 30, algumas medidas políticas incentivaram a migração do campo para as cidades, como a regularização do trabalho e o avanço da industrialização.

Assim como nos outros países da América Latina, o processo de urbanização no Brasil aumentou muito na metade do século XX. Falando em porcentagens, enquanto a população

⁸ A Carta de Atenas foi o resultado dos trabalhos feitos no CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna no ano de 1933. O documento propunha uma cidade que justa e funcional para toda a população, garantindo o bem-estar decorrente da tecnologia da época (CORBUSIER, 1993).

urbana em 1940 era de 26,3%, no ano de 2000 esse número já era de 81,2%, isto é, a população mais do que triplicou em 60 anos. Em números, esse processo é ainda mais impressionante: em 1940 a população era de 18,8 milhões; em 2000 esse número chegou a aproximadamente 138 milhões de habitantes (MARICATO, 2013, p. 16).

Villaça (1999) definiu o planejamento urbano como uma ação do Estado sobre o as cidades enquanto organismos vivos. Ribeiro (2010) destaca que as questões de abastecimento hídrico, fornecimento de energia, controle dos resíduos, infraestrutura, promoção de áreas verdes e sobretudo, qualidade de vida, devem ser princípios fundamentais do planejamento urbano.

No começo do século XX, o processo de urbanização avançava rapidamente e as cidades se viam obrigadas a providenciar novos padrões de funcionamento para atender às necessidades originadas pela evolução econômica do país – momento em que as capitais e centros regionais se firmaram como exportadoras de produtos agrícolas (CAMPOS, 2015, p. 217).

Desse modo, as cidades brasileiras passaram por reformas urbanas que tinham como objetivo lançar o urbanismo moderno, e para isso, resolveram os problemas do saneamento básico para acabar com as epidemias e promoviam o embelezamento paisagístico das cidades, expulsando as pessoas para os morros. Cidades como São Paulo, Belém, Curitiba, Recife e principalmente o Rio de Janeiro são exemplos desse processo de segregação e exclusão urbana (MARICATO, 2013, p. 17).

A história do planejamento urbano brasileiro em conformidade com Saboya (2008), pode ser dividida em quatro grandes fases: a primeira fase conhecida como “planos de embelezamento” corresponde ao período de 1875 a 1930; a segunda fase foi denominada de “planos de conjunto” que perdurou entre os anos de 1930 a 1965; a terceira fase se trata dos “planos de desenvolvimento integrado” nos anos de 1965 a 1971; e por fim, a quarta fase identificada como “planos sem mapas” entre os anos de 1971 até 1992.

O primeiro período (1875 – 1930) corresponde aos planos de embelezamento das cidades que tinha como objetivo enaltecer a burguesia e ignorar a forma urbana colonial (VILLAÇA, 1999, p. 182). Esses planos idealizavam a criação de novas avenidas e a ampliação das avenidas já existentes, para interligar as regiões mais importantes das cidades, desse modo, as áreas consideradas insalubres – constituídas por “cortiços” – foram desmanchadas (LEME, 1999, p. 25).

Pode-se correlacionar esse período do planejamento urbano do Brasil com o tema da

pesquisa porque as estratégias hostis implantadas nas cidades de hoje refletem as mesmas ideias dos planos de embelezamento: a anulação das pessoas mais pobres, bem como a exclusão delas para as regiões periféricas. Diante disso, nota-se que desde o início a desigualdade entre as classes sociais no Brasil esteve presente no desenvolvimento do espaço urbano no país.

A segunda fase (1930 – 1965), como o próprio nome já diz “planos de conjunto”, é um período onde os projetos urbanos passam a ser desenvolvidos para toda a cidade, se preocupando com as diretrizes a serem aplicadas em todo o território municipal; e a interligação do centro com os bairros através dos avanços nos meios de transportes (LEME, 1999, p. 25).

A terceira fase (1965 – 1971) conforme Villaça (1999, p. 221), foi marcada pela dificuldade de execução dos planos por conta da sua complexidade e a resistência quanto à aprovação dos planos urbanísticos. Em vista disso, os problemas sociais cresciam e os interesses das classes dominantes foram inibidos.

E para finalizar, a quarta fase (1971 – 1992) onde os planos foram feitos sem projetos técnicos extensos e complexos. Os planos deixam de ser complexos “para o plano singular, simples – na verdade, simplório – feito pelos próprios técnicos municipais, quase sem mapas, sem diagnósticos técnicos ou com diagnósticos reduzidos se confrontados com os dez anos antes” (VILLAÇA, 1999, p. 221).

Portanto, os tópicos apresentados anteriormente como a origem e conceituação da arquitetura e o surgimento e desenvolvimento do urbanismo desde os primórdios segundo Glancey (2001), Zevi (2009), Dias (2010), Harouel (2004), Maricato (2003) e outros autores, são o suporte teórico para a pesquisa estando relacionadas com a arquitetura hostil porque expõe o propósito da arquitetura de ser abrigo para todas as pessoas, e futuramente servirá para revelar como a arquitetura perdeu sua essência ao longo dos anos até os dias atuais, por meio das estratégias hostis de segregação.

Por conseguinte, após a contextualização da arquitetura e do urbanismo, abordou-se o processo de desenvolvimento espacial e urbanístico das cidades brasileiras e como ele influenciou a construção do espaço urbano. As consequências desse processo de urbanização serão expostas no tópico a seguir que deve esclarecer como se deu a construção social do espaço urbano incentivadas pelas questões econômicas e políticas.

1.2 O ESPAÇO URBANO: SUA FORMAÇÃO SOCIAL

Durante o século XX, as cidades brasileiras passaram por grandes transformações, por conta do processo de industrialização, acarretando o crescimento elevado da população que desencadeou uma cadeia de problemas na infraestrutura urbana que não era suficiente para a demanda (SILVA *et al*, 2016, p. 256). Nesse período também ocorreram os planos de embelezamento que tinham como objetivo ocultar a pobreza do país, e devido as alterações nos instrumentos urbanísticos, a população mais pobre era desalojada para as periferias (NEGRI, 2010, p. 245). Esse processo de expansão das cidades, principalmente as maiores e mais pobres deram origem a um conjunto de problemas, como a falta de moradia digna, a falta de emprego e sistemas de saúde, educação, seguranças e transportes precários (GEHL, 2010, p. 227).

Corrêa (1989, p. 12) exprime que o espaço urbano é um produto social que é resultado das ações que ocorrem ao longo do tempo e que dependem dos agentes (pessoas) para produzir e usufruir do espaço, movidas pela necessidade de capital, reprodução das relações de produtos e interesse de classes. O autor classifica os agentes que fazem o espaço urbano em cinco conjuntos: a) os donos dos meios de produção; b) os proprietários fundiários; c) os promotores imobiliários; d) o Estado; e) os grupos sociais excluídos.

Gehl (2010, p. 11) complementa dizendo que “nós moldamos as cidades, e elas nos moldam”. Dessa forma, assim como o acesso à água hidratada deve ser para todos, o autor ressalta que o espaço público – os espaços abertos – também devem ser acessíveis. Além disso, todo cidadão deve ter a chance de aproveitar o banco em uma praça perto de casa com um espaço para crianças, fazer uma caminhada de até dez minutos para chegar em um parque.

A respeito disso, a Carta Mundial pelo Direito à Cidade (2006) aponta que:

Todas as pessoas devem ter o direito a uma cidade sem discriminação de gênero, idade, raça, condições de saúde, renda, nacionalidade, etnia, condição migratória, orientação política, religiosa ou sexual, assim como preservar a memória e a identidade cultural em conformidade com os princípios e normas estabelecidos nessa Carta (CARTA MUNDIAL PELO DIREITO À CIDADE, 2006).

A produção social do espaço urbano pode acontecer de várias formas. Uma delas é a gentileza urbana. Na arquitetura, a gentileza urbana pode ser compreendida como “as atitudes, gestos, intervenções que propiciem um novo olhar sobre a cidade, promovendo a preservação do seu patrimônio cultural e natural e ampliando o conceito de cidadania” (ARCHDAILY,

2018).

Lerner (2011, p. 30) coloca que a gentileza urbana não acontece só de forma física, ela também se dá por meio da mudança da mentalidade das pessoas, das suas atitudes, da sua solidariedade e empatia tanto para com o próximo como para com a cidade que habitam. Entre os exemplos citados pelo autor, pode-se destacar a atitude do município de Curitiba que nos anos de 1980 decorava os ônibus com luzes de Natal por conta das pessoas que precisavam trabalhar nesse dia; já na cidade de Maripá (interior do Paraná) as orquídeas plantadas pela prefeitura eram tão bonitas que a população não mexeu nas plantas; outro exemplo, é o de uma dona de casa que montou seu presépio na sala de casa mas não fechava a porta para que pudesse receber as pessoas que quisessem conhecer seu presépio.

Jacobs (2011, p. 34) assegura que uma cidade onde não há interação entre as pessoas está sujeita a ter índices mais altos de insegurança e exclusão social. Para que seja possível a relação social entre as pessoas, a autora reforça a necessidade de espaços destinados para esse fim, de forma que incentive o uso dos espaços públicos, a participação na vida social do bairro e a circulação pelas ruas, tornando a cidade mais acolhedora. Lerner (2011, p. 45) reforça dizendo que o ideal é “ajudar a trazer gente para a rua, criar pontos de encontro e, principalmente, fazer com que cada função urbana catalise bem o encontro entre as pessoas”.

Alguns exemplos de gentileza urbana podem acontecer através do investimento privado, como é o caso do Edifício Varandas localizado em Cascavel – PR. O tapume (figura 01) que tem a função de isolar a área de construção da edificação ocupa uma parte do passeio público dificultando a circulação de pessoas, e para amenizar os impactos o tapume foi transformado em um espaço agradável onde os usuários do transporte público podem aguardar com comodidade (AGÊNCIA TÊTE-À-TÊTE, 2019).

Figura 01 – Tapume adaptado para se tornar uma gentileza urbana no espaço público.



Fonte: Agência Tête-à-Tête (2019).

A ideia de transformar tapumes têm ganhado espaço em todo o país. A empresa ABC Construções criou espaços (figura 02) para incentivar a convivência e o bem-estar – inclusive dos animais de estimação, na orla do Cabo Branco, em João Pessoa – PB. O espaço que também é integrado a um empreendimento atrai as pessoas para praticar atividades físicas ao ar livre, estimula as relações e democratiza o espaço público quebrando as barreiras e padrões criados pela sociedade (ABC CONSTRUÇÕES, 2019).

Figura 02 – Fachada completa do Espaço *Unity*, na orla do Cabo Branco, em João Pessoa.



Fonte: ABC Construções (2019).

A implantação de mobiliários urbanos é fundamental para a construção de lugares agradáveis e convidativos. Os *parklets*⁹ (figura 03) também são estratégias financiadas pela iniciativa privada que se enquadram como gentileza urbana porque contribuem na democratização do espaço coletivo (SEVERINI, 2014, p. 14).

Figura 03 – *Parklets* instalados na cidade de São Paulo pela empresa Tegra Incorporadora.



Fonte: Tegra Incorporadora (2019).

⁹ Segundo Severini (2014) “os “parklets” são exemplos de conforto físico. Os parklets são minipraças construídas sobre uma plataforma na área do leito carroçável (normalmente ocupam 02 vagas de zona rotativa – zona azul). Funcionam como uma extensão temporária da calçada para uso dos cidadãos e podem ser equipados com bancos, floreiras, mesas, guarda-sóis, aparelhos de educação física, paraciclos ou outro tipo de mobiliário urbano” (SEVERINI, 2014, p. 14).

Nesse sentido, Gehl (2010, p. 63) explica que cabe aos urbanistas desenvolverem projetos que vão além de garantir que as pessoas caminhem nas ruas, para um objetivo muito mais importante: garantir que as pessoas tenham contato com a sociedade ao seu redor, vivendo o espaço com muitos e por diferentes grupos de indivíduos. O autor destaca que a existência da diversidade é um elemento fundamental que dá valor a cidade, e pode ser encontrada nas diferentes etnias, diferentes rendas e classes sociais, diferentes usos e tipologias no espaço urbano, relacionando-se com outros dois fatores essenciais para a qualidade de vida na cidade: a identidade – sensação de pertencimento – e a coexistência (GEHL, 2010, p. 12)

Até o ano de 2050 a taxa de urbanização no mundo deve atingir os 65%, e apesar de existir muito potencial com diversidade econômica, ambiental e social, os modelos de desenvolvimento de grande parte dos países está baseado na concentração de riqueza e poder, e processos de privatização do espaço público acarretando a desigualdade e segregação social (CARTA MUNDIAL PELO DIREITO À CIDADE, 2006).

Segundo Melgaço (2010, p. 27), a violência e o crime geram um medo globalizado e têm descaracterizado as paisagens urbanas. Essas mudanças nas paisagens urbanas – que teoricamente acontecem para promover a segurança – camuflam o seu genuíno significado: a perpetuação das desigualdades socioespaciais.

Por sua vez, Villaça (2001) define a segregação como um processo onde pessoas de diferentes classes sociais e economias se concentram em determinadas regiões da cidade. Serra (1987), por sua vez, constata que:

A segregação social do espaço urbano não significa apenas localização diferenciada e separada das diversas classes sociais, mas também dos equipamentos urbanos das benfeitorias e investimentos, dos supermercados e centros de compras, enfim, de todos os equipamentos de consumo. (SERRA, 1987, p. 173).

Marcuse (2004, *apud* NEGRI, 2010, p. 131) divide a segregação social das classes em três categorias: 1. Divisão cultural: comete questões de religião, língua, etnia, país, nacionalidade ou estilo arquitetônico; 2. Divisão funcional: é a divisão do espaço de acordo com a função exercida por cada atividade; 3. Divisão por diferença no status hierárquico: tem relação com as questões de poder na cidade. No entanto, o autor destaca que o que difere essas divisões é que enquanto as duas primeiras ocorrem (na maioria das vezes) de forma voluntária, enquanto, a divisão por status hierárquico é imposta.

No que se refere as relações de poder na cidade, Corrêa (1989, p. 12) observa que apesar

de existir questões jurídicas que atuam sobre as ações dos agentes que moldam o espaço urbano, muitas vezes essas questões não são neutras, favorecendo o interesse de apenas um agente dominante. A estratégia desses agentes tem como fundamento a sociedade capitalista e as relações de produção que querem inibir os conflitos de classes. O poder público é um agente extremamente importante na “distribuição social e espacial dos equipamentos urbanos para as diferentes classes e frações de classes, o Estado monopolista vai, portanto, refletir ativamente as contradições e as lutas de classes geradas pela segregação social dos valores de uso urbanos”. Contudo, muitas vezes o Estado falha e acaba agravando as desigualdades sociais (LOJKINE, 1981, p. 171). Vale salientar que conforme a Carta Mundial pelo Direito à Cidade (2006), o papel do Estado deve tomar medidas para suprir os empecilhos econômicos e sociais da cidade, garantindo proteção especial de grupos e pessoas em situação de vulnerabilidade como as pessoas em situação de pobreza, refugiados e migrantes, e não tomar decisões excludentes.

Atualmente, pode-se dizer que o espaço urbano é fragmentando com bases nas atividades comerciais, industriais e residenciais, dividindo o espaço em parcelas menores, que geralmente são adquiridas como uma espécie de mercadoria para trocas e especulação. Essa fragmentação desencadeia a expulsão para as periferias, e mais do que isso, acaba alterando os hábitos e comportamentos humanos bem como a relação do cidadão com a cidade (CARLOS, 1994, p. 193). A produção desigual do espaço urbano também pode ocorrer por meio da expansão do tecido urbano que gera a alteração no preço dos terrenos que por meio da especulação imobiliária obriga as classes de menor renda a ocupar os locais economicamente mais acessíveis como as áreas impróprias de mananciais e encostas íngremes (MOREIRA JUNIOR, 2010, p. 2).

Ao mesmo tempo que o espaço urbano se transforma conforme o processo de globalização, um processo de homogeneização acentua a fragmentação da cidade e do indivíduo (CARLOS, 1994, p. 193). Dessa forma, a segregação socioespacial torna-se um agente modelador do espaço urbano (MOREIRA JUNIOR, 2010, p. 4).

1.3 A ARQUITETURA HOSTIL

O termo Arquitetura hostil tem sua origem datada de 2014 pelo repórter Ben Quinn em uma matéria para o jornal inglês *The Guardian* (SOUZA e PEREIRA, 2018). Savicic e Savic (2014) apresentaram o termo “*Unpleasant Design*” no mesmo período na cidade de Londres.

Em português, o termo pode ser traduzido como "Design desagradável". O conceito da arquitetura hostil também pode ser nominado como arquitetura antimendigo, arquitetura da violência ou arquitetura do medo. Rosaneli (2019, p. 224) coloca que todas essas expressões estão associadas ao “fenômeno de proteção, fortificação e afirmação social de status, que geram segregação, exclusão, conflitos e alterações estéticas no ambiente urbano e conduzem os usos do espaço público”.

Ferraz *et al* (2015) estabelece que a arquitetura hostil

Trata-se de uma arquitetura extremamente hostil e desumanizada, constituída de elementos/artefatos implantados ou construídos para o fechamento de vãos/espços das cidades e dos edifícios. Subtração ao direito coletivo à cidade, essa prática, que se proliferou no mundo nos últimos anos, é um contundente exemplo das intervenções da limpeza urbana nas grandes e médias cidades globais: os bancos antimendigos, os espetos e gradis sobre muretas e soleiras, o paisagismo espinhoso, os pedregulhos nos preenchimentos de vãos urbanos, entre outros, como serão mostrados posteriormente (FERRAZ *et al*, 2015, p. 113).

Para Tavares (2012, p. 3), esse tipo de arquitetura não está relacionado apenas com as mudanças físicas no espaço urbano como a inserção de cercas elétricas, muros, grades e dispositivos de vigilância; a arquitetura do medo é uma relação entre a sociedade e a cultura do medo que por consequência, materializa a necessidade de segurança por meio desses artifícios condicionando as relações humanas.

Essa categoria de arquitetura pode ser considerada também arquitetura indesejável, isso porque, além de afastar os mendigos, esses elementos são usados para remover outros grupos sociais malvistas pelas sociedades como por exemplo os usuários de droga, os ambulantes, e os jovens (MELGAÇO, 2010, p. 120). Andreou (2015) exprime que essas medidas não afetam somente os despossuídos, mas também afetam os idosos, enfermos e gestantes que são impossibilitados de descansar em um abrigo de ônibus, por exemplo. Esse tipo de arquitetura é uma prova que atualmente vivemos uma época onde as pessoas são intolerantes ao próximo, ou qualquer sujeito que não se encaixe nos padrões da sociedade (MELGAÇO, 2010, p. 129).

A arquitetura antimendigo foi duramente criticada por Oscar Niemeyer¹⁰, pois segundo o arquiteto, esse procedimento “contraria o que considera uma das maiores contribuições da

¹⁰ Oscar Niemeyer foi um dos maiores arquitetos do país. Nascido dia 15 de dezembro de 1907 no Rio de Janeiro. Formou-se pela Escola Nacional de Belas Artes, iniciando sua vida profissional no escritório de Lúcio Costa. Entre os seus principais projetos estão o edifício do Ministério da Educação e Saúde Pública (1936), o Parque Ibirapuera (1951), e um grande marco de sua carreira: o convite de Juscelino Kubitschek para criarem uma

arquitetura brasileira ao mundo, que é a concepção de cidades e construções com espaços para a congregação social”. Sendo assim, esse fenômeno não pode ser considerado arquitetura segundo Niemeyer (FRANGELLA, 2004, p. 91).

Nas palavras de Andreou (2015) “a arquitetura defensiva é reveladora em vários níveis, porque não é o produto de acidente ou falta de consideração, mas um processo de pensamento. É um tipo de crueldade que é considerado, projetado, aprovado, financiado e tornado real com o motivo explícito de excluir e assediar”.

No Brasil, apesar dos altos índices de criminalidade, pode-se dizer que a implantação dos dispositivos e da arquitetura hostil está ligada a dois fatores: o primeiro deles é o medo – medo de desconhecidos e do indesejável. O segundo fator é o equívoco entre os domínios público e privado que corrobora na implantação dos elementos hostis (ROSANELI, 2019, p. 225).

Nos dias atuais é possível notar uma drástica mudança na relação entre o espaço público e o espaço privado, descaracterizando ainda o que se entende por exposição e privacidade (SOUZA, 2008, p. 44). Os conceitos básicos de público e privado podem ser entendidos como coletivo e individual, respectivamente. No sentido mais amplo, o espaço público é acessível para todas as pessoas a qualquer momento; o espaço privado, no entanto, só pode ser acessado por determinados grupos ou uma pessoa (HERTZBERG, 1999, p. 12).

Para Ventura (2016, p. 26), os espaços públicos promovem a socialização de pessoas com diferentes perfis, crenças e características que devem praticar a tolerância para o bem comum. Conforme Habermas (2003, *apud* SOUZA, 2008, p. 46) “a esfera pública, ou o espaço público, pode ser caracterizada como um fenômeno social elementar do mesmo modo que a ação, o ator, o grupo ou a coletividade”. Nessa esfera devem ser tomadas as medidas sintetizadas através das opiniões públicas sobre determinados assuntos, para que a estrutura de comunicação da esfera seja guiada pelo entendimento.

A contradição entre esses dois polos (público e privado) pode ser compreendida como: segurança x perigo, familiar x desconhecido, ordem x desordem. Assim, o espaço privado passa a ser visto como um abrigo, e é por isso que nas cidades contemporâneas os centros comerciais têm ganhado cada vez mais espaço, e abrangendo todos os tipos de serviços, recriando a vida pública em uma esfera fechada, afetando as relações sociais que aconteciam

nas ruas e praças (CORTÉS, 2008, p. 92).

Sendo assim, Kilian (1998, p. 129 *apud* ROSANELI, 2019, p. 227) diz que os agentes responsáveis pelo processo de segregação podem ser englobados em três grupos: os habitantes, os visitantes e os estranhos.

Os habitantes são considerados os “controladores” do espaço com autoridade e direitos para acessá-lo e selecionar seus usuários. Os visitantes, por sua vez, têm “direito de acesso para fins específicos, sujeitos a aprovação pelos habitantes e não possuem direito de exclusão”. Os estranhos representam a categoria menos privilegiada na classificação (KILIAN, 1998, p. 129 *apud* ROSANELI, 2019, p. 227).

Frangella (2005, p. 211) explica que as tecnologias de expulsão foram iniciativas principalmente da sociedade civil e administradores regionais, e mesmo com as críticas de profissionais, o processo ganhou força em 1998 com a segregação materializada.

Os sem-teto depois de expulsos dos espaços privados passam a ocupar os espaços públicos, mas são indesejados nele (SMITH, 2000, p. 135). De acordo com Frangella (2005, p. 212) por meio desses processos de expulsão e afastamento surge um ciclo vicioso: “o morador de rua, sem acesso a banheiros públicos e sem moradia, usa os vãos, as ruas, os bancos de praças, as árvores, para dormir e fazer sua higiene pessoal”. Cox e Cox (2015, p. 8) expõe que a intervenção que tem como objetivo “varrer” os pobres da cidade atinge até os bancos no espaço público. Os bancos que servem como descanso para alguns – são para os moradores de rua camas e abrigos onde estão sujeitas as intempérie e violência.

Pode-se compreender o espaço público como algo que é de todos e para todos, mas ao mesmo tempo, acaba não sendo de ninguém, podendo assim ser desfrutado por todos os tipos de público, contudo, o acesso restrito orientado por decisões políticas em conjunto com o setor privado não é democrático trazendo benefícios apenas para classes específicas. De modo que, “embora o discurso faça parecer que o espaço público é para todo e qualquer público, na verdade ele não é” (FERRAZ *et al*, 2015, p. 127).

Ferraz *et al* (2015, p. 114) responsabiliza a mídia por propagar a ideia de que a violência está relacionada aos pobres, fomentando a arquitetura antimendigo e reforçando a necessidade de estratégias de proteção patrimonial. Assim, o mercado investe cada vez mais nas estratégias de proteção. Os autores apontam ainda que à criminalização associada a essas estratégias causam repulsa e a anulação do outro, seja por meio das instalações privadas no espaço público, nos muros e grades ou nos artefatos antimendigos.

Todavia, a arquitetura hostil também se manifesta nas cidades de outras formas, além

dos mobiliários e dispositivos. Caldeira (2000, p. 11) utiliza o termo “enclaves fortificados” para definir os espaços privatizados e monitorados como os shoppings centers, as áreas de comércio, edifícios empresariais e os condomínios fechados. Esses locais atraem aqueles que têm medo das diferenças sociais e acabam abandonando os bairros antigos aos mais pobres ou marginais.

Lemos (2018, p. 29) ressalta que o que prevalece na sociedade atual é a fuga para o interior das residências onde teoricamente estão limpas e puras, se afastando do outro que está na rua, dessa forma, acontece a naturalização da violência tornando as pessoas incapazes de ter compaixão pelo próximo e senso de justiça.

Na questão social, a arquitetura da violência ao buscar proteger as pessoas do perigo acaba provocando a violência por meio da segregação social, tanto para as pessoas que são vítimas desse processo segregador, quanto as pessoas que se utilizam dele para se defender (MOURA e BORÉM, 2014, p. 3).

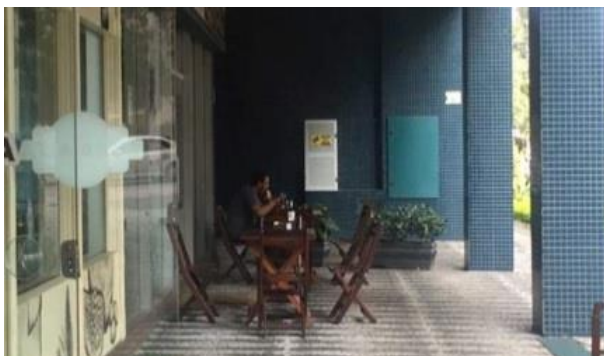
1.3.1 Artefatos e dispositivos hostis

Rosaneli (2019, p. 239) classifica os elementos da arquitetura hostil em três grupos: o primeiro, abriga os bloqueios que fazem apropriação do espaço público como a utilização de mesas e cadeiras de maneira restrita; o segundo, engloba os mobiliários urbanos (vasos de plantas, lixeiras, espetos e esguichos de água) projetados de maneira hostil e que geralmente são colocados em frente ao comércio; e o terceiro, que são as grades. As grades podem ainda ser subdivididas em: grades de meia quadra, grades de edifícios e grades de esquina.

Os bloqueios (figura 04) podem ser definidos como uma extensão das áreas privadas que acabam restringindo a circulação das pessoas pelo passeio público, geralmente, isso acontece por meio de mesas e cadeiras que são dispostos em locais comerciais que ocupam esse espaço temporariamente – em horário comercial – limitando a sua utilização aos usuários do estabelecimento. Todavia, é possível encontrar locais onde essas instalações são permanentes indicando a intenção de realmente se apropriar do espaço desconsiderando o bem coletivo (ROSANELI, 2019, p. 240).

O avanço das grades sobre as calçadas também é uma forma apropriação do espaço público em detrimento da proteção privada e benefício particular (principalmente aquelas instaladas na frente de prédios residenciais), impedindo a passagem dos demais transeuntes (FERRAZ *et al*, 2005, p. 6).

Figura 04 – Mesas bloqueando a passagem.



Fonte: Rosaneli (2019).

Petty (2016) apresenta um dos dispositivos hostis implantados nas cidades: os “espigões” – também conhecidos como *spikes* (figura 05) – geralmente, são pinos de metal projetados no chão, soleiras ou peitoris de vitrines por exemplo, tendo sua função coercitiva oculta. Apesar de ser possível encontrar esses dispositivos em qualquer superfície que possa servir de assento, eles são comumente encontrados nas vitrines de lojas para evitar que as pessoas se sentem/deitem e bloqueiem a visão; já nos edifícios, eles inibem a presença da população de rua nas portas de acesso (ROSANELI, 2019, p. 241).

Figura 05 – *Spikes* de concreto sob uma ponte na cidade de Guangzhou na China.



Fonte: Daily Mail Reporter (2012).

Nota-se que os dispositivos pontiagudos de concreto (figura 05) sob uma ponte foram implantados em toda a extensão coberta do espaço e sua forma é intimidadora, deixando explícita a sua intenção: impossibilitar os moradores de rua de se abrigar contra intempéries e perigos. Os *spikes* de Guangzhou chamam atenção por sua letalidade com cerca de 20 centímetros de altura, que provocaram indignação nos cidadãos que expuseram na internet a tentativa do governo de esconder o problema dos moradores de rua (DAILY MAIL

REPORTER, 2012).

Os *spikes* de metal (figura 06), por sua vez, são muito mais comuns que o anterior. Por serem pequenos e discretos passam despercebidos, mas esses dispositivos são comumente usados nas soleiras de vitrines, afastando qualquer pessoa que porventura queira sentar-se ou se deitar no local para descansar.

Figura 06 – *Spikes* de metal na soleira da vitrine de uma loja.



Fonte: Hometeka (2015).

Cox e Cox (2015, p. 9-12) expõe que uma das estratégias mais comuns utilizadas para impedir a permanência de moradores de rua, é a segmentação dos bancos através de divisórias (figura 07) que podem ser de metal, madeira, concreto ou qualquer outro tipo de material, impossibilitando que a pessoa possa deitar-se no banco. O projeto desse tipo de mobiliário tem como única função tornar o banco desconfortável. Sendo assim, “os espaços interditados são preparados para que o próprio corpo urbano se encarregue de repelir a banda “podre” do corpo social que supostamente suja e enfeia a cidade, ameaçando a segurança da gente de bem que trabalha, produz e consome, movimentando a economia”.

Figura 07 – Assentos no espaço público com divisórias restringindo a sua utilização.



Fonte: Hometeka (2015).

Licht (2017) revela que os assentos podem ainda ser feitos de materiais inoxidáveis como o aço (figura 08), que combinados com uma inclinação, torna difícil a permanência de qualquer indivíduo. O modo como os mobiliários urbanos são projetados, dizem muito a respeito da sua real intenção: induzir o comportamento das pessoas no espaço urbano (ROSANELI, 2019, p. 228). Ao analisar a figura abaixo (figura 08), observa-se que o design curvo do banco pode ser um fator extremamente desagradável ao usuário da estação de trem, indicando que o mercado design tem se reinventado e inovando nas estratégias hostis.

Figura 08 – Bancos “impermeáveis” ao vandalismo na Estação de trem na Filadélfia.



Fonte: Wong (2018).

Como mencionado anteriormente, os dispositivos implantados nas superfícies vazias (figura 09) que muitas vezes servem de apoio para os moradores de rua são diversos e se multiplicam pelas cidades, repelindo aqueles que sujam e deturpam o espaço público (COX e COX, 2015, p. 12).

Figura 09 – Barras de ferro coibindo a presença no local.



Fonte: Flickr (s/d).

Os vasos de plantas também podem se tornar hostis, embora seja mais difícil de

distinguir se sua função é apenas de ornamentação ou se elas servem para limitar o espaço. Geralmente, se esses vasos são colocados em grandes quantidades na frente de lojas ou espaços vagos sua intenção é a mesma de um mobiliário excludente (ROSANELI, 2019, p. 242). Na figura a seguir (figura 10) constata-se o emprego desses ornamentos de maneira hostil, porventura afetando pessoas que poderiam ali abrigar-se para fugir da chuva ou apenas descansar.

Figura 10 – Vasos de plantas ocupando “área morta”.



Fonte: Flickr (s/d).

O uso de vegetação pode mascarar uma função hostil que tem o intuito de repelir. As plantas com espinhos (figura 11) também podem ser utilizadas como estratégias de modo que não seja possível se aproximar. Porém, esse tipo de estratégia pode acabar causando arranhões e desconforto em pessoas cegas e crianças, por exemplo.

Figura 11 – Plantas com espinhos repelindo a população de rua.



Fonte: Flickr (s/d).

Apesar de servir como uma estratégia hostil, a vegetação pode ter um caráter estético e de “ornamentação”. Todavia, as pedras da maneira como estão dispostas na imagem abaixo

(figura 12), não possuem qualquer valor arquitetônico ou estético, são meramente elementos excludentes.

Figura 12 – Pedras colocadas propositalmente para que não seja possível sentar/deitar-se.



Fonte: Flickr (s/d).

Outro método utilizado, mas pouco comum é o chuveirinho (figura 13). A estratégia consiste na implantação de um tubo de PVC ligado a uma mangueira que está acoplada a uma torneira sob marquises de lojas ou edifícios residenciais. Geralmente, o dispositivo é acionado no período da noite para molhar as calçadas e evitar que as pessoas se abriguem. Se mesmo assim as pessoas se alojarem no local, um novo jato de água é disparado para afastá-las de vez (SCHMIDT, 2005, p. 31).

Figura 13 – Chuveirinho instalado sob marquise de edifício residencial.



Fonte: Flickr (s/d).

Os próprios paraciclos são mobiliários urbanos que podem ser utilizados como dispositivos excludentes. Mesmo tendo como função fixar bicicletas, muitas vezes eles são colocados em áreas mortas onde não são necessários, servindo apenas para expulsar os desabrigados (ROSANELI, 2019, p. 242). Na figura 14 observa-se os paraciclos fixados sob

um viaduto, onde provavelmente poucas pessoas circulam de bicicleta logo a presença desse mobiliário não se faz necessária, ficando nítida a intenção de impedir o alojamento dos moradores de rua.

Figura 14 – Paraciclos instalados sob viaduto na cidade de Seattle nos Estados Unidos.



Fonte: Cohen (2018).

Artefatos bastante comum nas cidades são os muros, cercas e barras de ferro (figura 15) que criam materialmente uma distância social. Esses artefatos atualmente são utilizados não só por razões de segurança, mas sim, por razões estéticas e de status, nomeada de “estética da segurança” (CALDEIRA, 2000, p. 294).

Figura 15 – Cercas de ferro impedindo a permanência debaixo do espaço desocupado.



Fonte: Flickr (s/d).

Geralmente, essas grades (figura 15) são colocadas no intervalo de galerias comerciais no meio de quadras, mas muitas são encontradas na frente de estabelecimentos, sendo então abertas somente em horário comercial de modo que os comerciantes são controladores desses espaços. Esses elementos têm a intenção de impedir o acesso a área coberta onde os transeuntes poderiam se abrigar e descansar (ROSANELI, 2019, p. 237).

1.3.2 Enclaves fortificados

Caldeira (2000, p. 211) explica que tanto a segregação social como a segregação espacial são características na formação das cidades, organizando o espaço urbano conforme as diferenças sociais, essas diferenças vão determinar como os grupos sociais se relacionarão no espaço público. A autora define os enclaves fortificados como espaços privados que são monitorados sejam eles comerciais, residenciais ou de lazer (CALDEIRA, 2000, p. 11). Os condomínios fechados são os maiores exemplos disso, contudo, os shoppings centers também se encaixam como enclaves porque funcionam como dispositivos de controle social, onde os consumidores são aceitos com base no seu poder aquisitivo (COX e COX, 2015, p. 2). Essa definição não abrange só os condomínios fechados, mas também as torres residências que ganham forma de arquitetura militar com muros muito altos e vários artefatos de segurança (ANDRADE, 2011, p. 6).

Dessa forma, os habitantes dos bairros de luxo vão dando outro padrão formal e funcional a arquitetura, que por sua vez, transforma o desenho urbano da cidade. As estratégias de proteção patrimonial são variadas e reproduzem uma arquitetura de caráter medieval/carcerário por meio de muralhas (figura 16) por exemplo, mostrando com clareza o medo crescente e a tentativa de escape em relação aos problemas presentes (FERRAZ; FURLONI; MADEIRA, 2006).

Figura 16 – Muralha no luxuoso bairro do Leblon no Rio de Janeiro.



Fonte: Ferraz *et al* (2017).

Atualmente, existe uma variedade de recursos utilizados para a proteção da propriedade privada, entre eles o uso do arame farpado e grades, ou até mesmo guardas de segurança. Entretanto, é adequado ressaltar que as soluções individuais tomadas para combater a

criminalidade no espaço urbano, são ineficazes, uma vez que a raiz do problema está nas condições sociais de determinados grupos (GEHL, 2010, p. 97).

Souza (2008, p. 34-37) explica que o aumento da segurança e medidas de vigilância está diretamente ligada ao crime e a violência, ocasionando o enclausuramento e a segregação urbana. Desse modo, nota-se que os enclaves estão mudando as cidades e o modo de viver, trabalhar e morar das classes altas, criando uma barreira que dificulta o alcance do modelo ideal de cidade onde os espaços públicos são coletivos e democráticos. A autora reforça que os enclaves privados também foram construídos pelas pessoas mais pobres nas favelas, isso porque, apesar de ser livre a circulação por esses enclaves apenas os seus moradores se conhecem e se aventuram no local, criando dessa forma, um espaço exclusivo dessa classe que reproduz a segregação que a atinge. Consequentemente, tanto os moradores ricos quanto os moradores pobres vivem em seus respectivos enclaves, sendo assim, quando um deles cruzam os muros o seu movimento passa a ser vigiado restringindo o acesso à democratização, instaurando hierarquias e espaços exclusivos afastando-os da esfera política.

Na imagem a seguir (figura 17), percebe-se com clareza a discrepância entre as classes sociais e como a cidade pode se organizar. No lado direito da imagem, temos um enclave fortificado – nesse caso, um edifício residencial – que é cercado por muros e provavelmente um forte sistema de segurança para impedir que estranhos se aproximem. Por outro lado, a esquerda da imagem localiza-se uma favela onde as condições de vida são inferiores.

Figura 17 – Favela de Paraisópolis em contraste com a Zona Sul da cidade de São Paulo.



Fonte: Costa (2018).

Gehl (2010, p. 97) sugere que se deve transferir o foco da defesa privada para uma discussão coletiva sobre a questão de segurança enquanto se passeia pelo espaço urbano, reforçando a vivência social na cidade e alcançando a segurança.

Cabe ressaltar que o isolamento por meio de muros, cercas e segurança vai além do medo da violência porque pode causar mais desigualdades sociais entre as classes, e nesse cenário, o Estado acaba muitas vezes contribuindo para a implantação dessas medidas excludentes (NEGRI, 2010, p. 149).

1.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Em relação aos quatro pilares, abordou-se neste capítulo dois deles: a Arquitetura e o Urbanismo, que são fundamentais para compreender o tema da pesquisa que é as cidades contemporâneas. Adiante, apresentou-se como se deu a construção social do espaço urbano e qual a sua relação com o espaço privado, e por conseguinte, as origens e conceitos do termo arquitetura hostil e como ela pode ser encontrada de várias formas como nos artefatos e dispositivos e nos enclaves fortificados. O capítulo seguinte apresentará casos de referência de utilização de elementos da arquitetura hostil em grandes metrópoles.

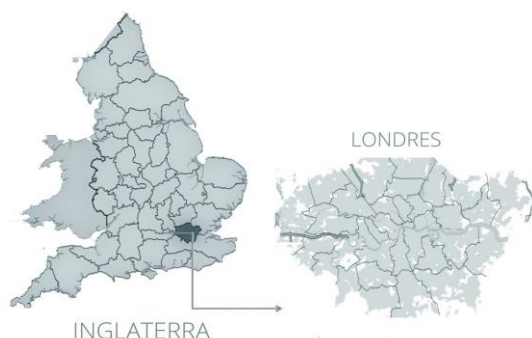
2 CORRELATOS

As metrópoles de todo o mundo com o grande número de habitantes tornaram-se espaços com elevados índices de pobreza, desemprego e desigualdades, evidenciando a segregação socioespacial e reforçando a disseminação da “cultura do medo” (CEZARIO e CAETANO, 2010, p. 4). No capítulo anterior, mostrou-se como a arquitetura pode se manifestar de maneira hostil contribuindo na construção de cidades desiguais e inacessíveis para alguns. Esse capítulo, por sua vez, tem como objetivo abordar exemplos e correlatos dessa arquitetura hostil em diferentes cidades do mundo de diferentes tamanhos. Portanto, as cidades apresentadas são: Londres na Inglaterra e a cidade de São Paulo, a fim de mostrar que as desigualdades no espaço urbano que dão origem aos artefatos hostis estão presentes tanto em países de primeiro mundo, quanto em países em desenvolvimento como é o caso do Brasil, transcendendo barreiras de caráter econômico, social ou político.

2.1 LONDRES

Capital da Inglaterra, a cidade de Londres (figura 18) é o terceiro maior destino turístico do mundo e a terceira maior cidade da Europa ficando atrás apenas de Istambul (Turquia) e Moscou (Rússia), tornando-se uma metrópole reconhecida por sua importância política, econômica e cultural atraindo milhares de pessoas todos os anos. De acordo com as estimativas, o censo de 2020 indica que a população na capital inglesa é de aproximadamente 9.176.530 habitantes (CORRÊA, 2019).

Figura 18 – Localização da cidade de Londres na Inglaterra.



Fonte: Nilfanion (2010), organizada pela autora.

No final do século XVIII a cidade já era a maior da Europa e já mostrava sinais de que

seria uma grande potência, o que pode ser explicado pelo comércio proveniente das conquistas coloniais no continente Americano e nas Índias, de modo que entre os anos de 1801 a 1901, a população passou de 1 milhão para cerca de 6,5 milhões. Apenas 120 anos foram necessários para que Londres se consagrasse uma metrópole mundial, impulsionada pela Revolução Industrial¹¹. Assim sendo, a rápida expansão da cidade e o aumento elevado no número de habitantes aliados a concorrência de produtos estrangeiros e as crises no porto, deixavam a classe trabalhadora vulnerável economicamente e com dificuldades de se alojar com as condições mínimas (LEVY, 1997, p. 74-76).

Nos anos de 1970, a desigualdade social em Londres já era perceptível através das divisões sociogeográficas. Nas palavras de Glass (1973 *apud* LEVY, 1997, p. 80)

A existência mesma dessas divisões ajuda a *escondê-las* e, por isso, a perpetuá-las. Quando grupos sociais vivem em compartimentos separados, sua percepção tende a ser parcial – sua percepção de outros grupos, de todo o universo ao qual pertencem e mesmo de sua própria posição ou fechamento. Londres tem essas repartições, mas elas são camufladas, muito mais do que em outras áreas metropolitanas. Contrariamente ao que pensa o senso comum, verificam-se muito poucos deslocamentos através da metrópole. A população é passada por uma peneira fina, separada em lotes e “encaixada” em localidades apropriadas, de acordo com a combinação de suas características.

Sabendo disso, de acordo com Savicic e Savic (2014), o termo “*Unpleasant Design*” que no português corresponde ao termo desenho desagradável, surgiu em Londres e pode ser caracterizado como todo artefato que tem como objetivo, seja ele explícito ou implícito, excluir determinados grupos.

A arquitetura hostil na cidade de Londres, conforme Petty (2016), ficou conhecida em todo o mundo depois que imagens de pinos de metal (figura 19) surgiram nas mídias sociais. A polêmica gerou debates e protestos públicos fazendo com que a administração do edifício removesse os pinos, tornando visível duas faces da vida urbana nas cidades: a indiferença com os sem-teto e o planejamento intencional de segurança.

¹¹ A Revolução Industrial foi um período de transformações que teve início no século XVIII na Inglaterra, se tornando precursor do capitalismo industrial. Nesse período, a população crescia rapidamente e muitas pessoas migraram do campo para a cidade provocando um excesso de mão-de-obra disponível e barata, impulsionando assim, a expansão das indústrias principalmente com o avanço científico (criação da máquina a vapor, energia motriz, etc). Além dos mecanismos tecnológicos aliados à produção nas fábricas, essa Revolução aumentou a produtividade do trabalho e a acumulação de capital contribuindo para a divisão da sociedade em duas categorias antagônicas: a burguesia e o proletariado (CAVALCANTE e SILVA, 2011, p. 1-4).

Figura 19 – *Spikes* de metal na cidade de Londres, Inglaterra.



Fonte: Borromeo (2015).

Um dos mobiliários urbanos mais conhecidos é o banco Camden (figura 20), que recebeu esse nome em homenagem ao conselho que encomendou esses bancos. O banco é um bloco de concreto esculpido com superfícies inclinadas e possui um revestimento contra pichações e vandalismo. Foi estrategicamente desenvolvido para impedir o sono dos moradores de rua e a prática de *skate* – no entanto, a hostilidade do banco não tem impedindo os skatistas que conseguiram se adaptar ao objeto (QUINN, 2014).

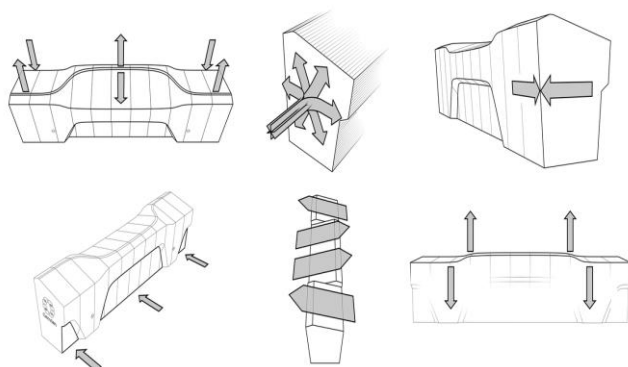
Figura 20 – Banco Camden instalado na cidade de Londres, Inglaterra.



Fonte: Factory Furniture (s/d).

Nos desenhos a seguir (figura 21), observa-se como o banco possui valas na parte superior para proibir as pessoas de adormecerem ali; as bordas onduladas evitam a patinação por parte dos skatistas; a ausência de fendas para dificultar o tráfico de drogas e as superfícies planas que impedem o acúmulo de lixo. A intenção é criar um mobiliário com a mesma função dos *spikes* mas de maneira menos óbvia com uma aparência mais amigável e menos repulsiva, camuflando sua verdadeira intenção (TVARIJONAS, 2017).

Figura 21 – Esquemas representativos da evolução formal do banco Camden.



Fonte: Tvarijonas (2017).

Os banheiros públicos são considerados problemas na cidade inglesa. Por serem espaços que fornecem uma privacidade, geralmente, os usuários de drogas usam esses locais como esconderijo. As autoridades locais lidam com isso utilizando luzes *neon* (figura 22) para causar irritação e cansar a visão, e para dificultar o uso de drogas injetáveis (SAVICIC e SAVIC, 2014).

Figura 22 – Luz *neon* instalada para expulsar usuários de drogas.



Fonte: Mars (2016).

Diferentes cores de luzes são usadas para diferentes objetivos. Na Inglaterra a luz *neon pink*, por exemplo, teria como objetivo destacar as manchas de adolescentes. A luz *neon* azul dificulta a visibilidade das veias, impossibilitando a injeção de drogas por usuários que frequentam os espaços com esse intuito (MARS, 2016).

As estratégias antiadolescentes são comuns em Londres. Uma delas é o chamado mosquito (figura 23) – um dispositivo sonoro que possui um zumbido de alta frequência que somente os jovens (de até 25 anos) conseguem ouvir. Esses dispositivos geralmente são usados em shoppings, centros comerciais e estabelecimentos onde os jovens costumam se

reunir com a finalidade de expulsá-los por conta do seu comportamento considerado antissocial (UNPLEASANT DESIGN, s/d).

Figura 23 – Dispositivo sonoro antiadolescente.



Fonte: Daily Mail Reporter (2008).

Outra estratégia polêmica na cidade são as gaiolas de metal (figura 24) instaladas nas saídas de ar das edificações para dificultar o aquecimento dos moradores de rua em dias de frio intenso. Na Universidade de Cardiff essa atitude causou o descontentamento dos estudantes que logo tornaram a situação pública, evidenciando a tentativa de varrê-los para debaixo do tapete (NOBLE, 2014). Foram instalados mais de 3 mil desses aparelhos em toda a cidade, que resultaram na classificação da estratégia como “degradante e discriminatória” pelo Conselho da Europa, que tem como função defender os direitos humanos (KIST e TANJI, 2017).

Figura 24 – Gaiolas de metal impedindo que os sem-teto se aproximem para se aquecer.



Fonte: Noble (2014).

Como vimos no capítulo anterior, a segregação das pessoas mais pobres não acontece somente por meio de mobiliários e dispositivos instalados no espaço urbano. Ao analisar

projetos de intervenção urbana pode-se compreender como eles também podem afetar essa parte da sociedade.

No caso de Londres, desde o século XIX a cidade se encontrava em um cenário onde de um lado havia a concentração de riqueza, e no oposto, a pobreza extrema. As regiões leste e norte concentravam as classes menos abastadas; enquanto a região oeste agrupava os parques, palácios e as residências de luxo, afastando a elite do barulho e odores dos bairros proletários. Com base nessas informações, a escolha da zona leste para hospedar e receber os investimentos dos Jogos Olímpicos de Londres em 2012, surpreendeu muitas pessoas visto que a região não era considerada a de maior prestígio na cidade (MASCARENHAS, 2013, p. 59-60).

O distrito de Stratford na zona leste da cidade passou por um processo de intervenção urbana, onde os galpões e residências degradadas deram lugar a um grande polo residencial e comercial, além do Estádio Olímpico. Essa alteração ocasionou o processo de gentrificação¹², quando muitas pessoas tiveram que se retirar porque não tinham mais condições de arcar com as despesas de morar em uma região, que de repente, ficou muito valorizada (DILASCIO, 2017).

A respeito das pessoas sem-teto, Andreou (2015) relata que mais de 100 pessoas vivem nos terminais do aeroporto de Heathrow no oeste de Londres, e esse número está aumentando muito rápido, ultrapassando a média nacional. Contudo, o autor narra que não se via tantas pessoas dormindo na rua como nos anos anteriores, e questiona: “nossas cidades se tornaram melhores em esconder a pobreza ou nos tornamos mais hábeis em não vê-la?”.

O jornal brasileiro Extra (2019) aponta que a população de rua em Londres aumentou 18% no ano de 2018, isso significa, que atingiu o maior índice da última década. Os dados indicam que cerca de 8.855 pessoas dormem nas ruas da capital inglesa e desse número, 84% são homens – muitos deles dependentes de álcool ou possuem algum tipo de doença mental. Ademais, metade da população de rua é constituída por cidadãos britânicos, o restante é composto por pessoas oriundas de países da Europa Central e Oriental, essa categoria de imigrantes cresceu 50% em 2018. A última década na Inglaterra foi marcada pelo crescimento da falta de moradia por conta do alto preço dos aluguéis, a dificuldade de acesso aos

¹² O processo de gentrificação consiste em “uma série de melhorias físicas ou materiais e mudanças imateriais – econômicas, sociais e culturais – que ocorrem em alguns centros urbanos antigos, os quais experimentam uma apreciável elevação de seu status [...] que desloca os habitantes da classe baixa, de menor remuneração, que viviam no centro urbano” (BATALLER e BOTELHO, 2012, p. 10).

benefícios sociais e moradias populares.

2.2 SÃO PAULO

Fundada em 1544, a cidade de São Paulo está localizada na região sudeste do país (figura 25), atuando como o núcleo central da Região Metropolitana de São Paulo. Com uma população de 12.252.023 de habitantes (IBGE 2019), a cidade de São Paulo é a maior cidade e uma das principais da América do Sul. Além disso, o município é subdividido em 31 subprefeituras e 96 distritos, sendo que os distritos correspondem a menor unidade administrativa municipal (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2004, p. 11).

Figura 25 – Localização do município de São Paulo, São Paulo.



Fonte: Abreu (2006), organizada pela autora.

Caldeira (2000, p. 211) esclarece que durante o século XX, existiram na cidade de São Paulo três formas de segregação social. A primeira delas ocorreu entre o final do século XIX até a década de 1940, onde a cidade era concentrada em diferentes grupos que se subdividiam de acordo com os tipos de moradia. A segunda forma de segregação acontece entre os anos de 1940 e 1980 e ficou marcada pela relação centro-periferia, quando os grupos sociais foram fisicamente afastados e as classes mais altas se concentraram na área central da cidade, e os pobres nas regiões distantes e precárias. A terceira forma vem se moldando desde os anos 1980 e embora a desigualdade exista, os diferentes grupos estão as vezes mais próximos contudo separados por muros e altas tecnologias de segurança, a tendência é que eles não se relacionem e não circulem pelo mesmo espaço.

As intervenções urbanísticas voltadas para repelir os moradores de rua ganhou força na década de 1990, apesar de serem continuidade de governos anteriores. Um exemplo é a retirada das pessoas debaixo dos viadutos. O governo de Jânio Quadros por exemplo, ficou

marcado por um projeto que tinha como intenção a “limpeza estética” das ruas, impedindo as atividades dos catadores de papel e a continuidade do fechamento dos viadutos. Frangella (2004, p. 87) salienta que nesse período surge a operação antimendigo, que por meio do auxílio de comerciantes, administradores públicos e da população limpavam as ruas, expulsando os moradores e inclusive, varrendo seus pertences.

Frangella (2004) aponta ainda outras estratégias hostis

Essas tecnologias consistiam em: grades em torno de igrejas e de árvores, para impedir que habitantes de rua durmam ou urinem nos locais citados; óleo queimado espalhado na frente de calçadas e portas de lojas, de maneira a sujar o local e torná-lo inviável como lugar de pernoite; colocação de chuveiros em frente a alguns prédios molhando periodicamente o chão à noite, com o mesmo propósito do óleo; e construção de prédios sem marquises (FRANGELLA, 2004, p. 89).

Pode-se dizer que os processos de crescimento demográfico, a expansão das atividades terciárias e o deslocamento das classes altas para longe do centro também deram origem a uma categoria de arquitetura hostil: os enclaves fortificados (CALDEIRA, 2000, p. 255). Nesse momento, o conceito perfeito de moradia se dá apenas com a segurança total, isso significa cercas e muros, segurança privada por 24 horas e inúmeras instalações e tecnologias como o monitoramento por circuito fechado de vídeo. Esses condomínios tornam-se grandes estruturas onde o morador tem a disposição tudo para evitar a vida em sociedade, quase como sofisticados clubes (CALDEIRA, 2000, p. 267). Desse modo, o indivíduo passa a viver em uma pseudocidade onde supostamente vive em harmonia e segurança constantes criando um distanciamento social em relação as demais pessoas (PASTANA, 2005, p. 187).

Na imagem a seguir (figura 26) vemos uma das regiões mais ricas da capital paulista: os Jardins (área composta pelos bairros Jardim América, Jardim Paulista, Jardim Europa, Jardim Paulistano e Cerqueira César). A região abriga casas e edificações de alto padrão, inclusive muitos enclaves fortificados (condomínios de luxo). Além disso, com uma localização privilegiada o morador pode acessar qualquer outra região da cidade com muita facilidade, ampliando as opções de lazer e compras, hotéis, restaurantes sofisticados, museus, galerias de artes – o que caracterizou a região como berço das artes – livrarias, shoppings e hospitais daqueles indivíduos que podem pagar para usufruir de um alto padrão de vida. Cabe mencionar, que os índices de violência na área são pequenos por conta do sistema de segurança implantado nas edificações (MONTEIRO, 2017). Ao analisar os dados divulgados pelo Mapa da Desigualdade realizado pela Rede Nossa São Paulo, fica nítido como a qualidade de vida nessa região é excessivamente maior do que em outras regiões da capital

paulista. Enquanto, o morador dos Jardins tem uma expectativa de vida de 79,85 anos, o morador do distrito Cidade Tiradentes tem apenas 57,31 anos em média (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2019, p. 38).

Figura 26 – Região dos Jardins em São Paulo.



Fonte: Menezes (2020).

A estratégia de proteção patrimonial pode ser implantada de inúmeras formas e a de caráter medieval tem ganhado espaço em cidades como São Paulo. Considerada uma cidade de muros, o bairro do Morumbi é um bom exemplo disso porque possui residências com muros de até 9 metros de altura (FERRAZ *et al*, 2006). Ademais, esses enclaves acabam dando margem para a formação de grupos sociais homogêneos que não possuem diversidade social, criando uma idealização do certo e errado repudiando tudo aquilo que é diferente. As novas gerações que são nascidas e criadas nesses ambientes podem desenvolver atitudes negativas e antissociais, até a formação das chamadas gangues de condomínio (PASTANA, 2005, p. 187).

Kasper (2006, p. 80) classificou a tipologia de espaços hostis em São Paulo em duas estratégias predominantes: os fechamentos que impedem o acesso de algum lugar e a hostilização, que consiste nas inúmeras ações a fim de tornar determinados lugares inabitáveis para os moradores de rua.

Segundo o site Capital de São Paulo (2020), o resultado do censo da população em situação de rua realizado em 2019 apontou que 24.344 pessoas estão desabrigadas na capital paulista, sendo que destas, 11.693 estão em abrigos e as outras 12.651 encontram-se nas ruas. Das pessoas abordadas, 85% são do sexo masculino, cerca de 46% dos indivíduos tem idade entre 31 e 49 anos; em relação à cor, 47% se consideram pardos.

A Praça da Sé (figura 27) – onde se encontra o marco zero da cidade de São Paulo – é

conhecida por sua diversidade social, desde policiais, artistas de rua, engraxates, vendedores ambulantes até os moradores de rua. A lateral leste da praça é ocupada por esses indivíduos desempregados (DINIZ, 2016, p. 344-345). Barracas e alojamentos de lonas são colocados nos arredores da praça, e com adaptações de portas de madeiras são criados cozinhas e banheiros para que esses moradores possam se abrigar (FARIAS, 2017).

Figura 27 – Barracas de moradores de rua ocupando a Praça da Sé.



Fonte: Farias (2017).

Para “resolver” esses problemas surgem as intervenções no espaço público. Uma famosa forma de hostilização na cidade é a chamada rampa antimendigo (figura 28). Essa estratégia foi projetada por Andrea Matarazzo, secretário municipal de serviços no ano de 2005 – período em que foi construída a primeira rampa sob o túnel da Avenida Paulista que liga à Avenida Dr. Arnaldo. A estrutura é basicamente toda de concreto e cobre toda a área entre a calçada e o teto dos túneis, e sua inclinação e o chapisco impedem que os moradores de rua vivam ali (KUNSCH, 2008, p. 1).

Figura 28 – Rampa antimendigo instalada sob túneis em São Paulo.



Fonte: Rocha Junior (2010).

Geralmente, a implantação dos dispositivos hostis ocorre na região central das cidades, contudo ao fazer uma breve análise de São Paulo, observa-se com muita frequência que as grades e artifícios pontiagudos (figura 29) também estão implantados nos bairros residenciais.

Figura 29 – Grades instaladas nos canteiros de uma residência na capital paulista.



Fonte: Google Inc (2020).

Muitos dispositivos são usados de forma em que a sua intenção fique implícita, como o caso dos vasos de plantas (figura 30). Rosaneli (2019, p. 242) revela que “os vasos servem para restringir o uso das marquises por moradores de rua. Mesmo com os vasos, alguns lugares continuam sendo utilizados pela população em situação de rua”. Isso porque, muitos moradores de rua arrastam os vasos do lugar onde estão inseridos para que possam se abrigar, sendo assim, além de instalar esses artifícios, as pessoas estão escolhendo vasos cada vez mais pesados para dificultar a sua remoção.

Figura 30 – Vasos de plantas em grande quantidade para coibir a permanência das pessoas.



Fonte: Google Inc (2020).

Esses elementos são encontrados em muitos pontos da maior cidade do país, sobretudo

na região central da cidade em estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços onde existe um fluxo de milhares de pessoas todos os dias, inclusive muitos turistas.

2.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Esse capítulo abordou correlatos de cidades que aplicam artefatos e dispositivos hostis. Entre os exemplos escolhidos estão uma cidade internacional e uma cidade nacional: Londres na Inglaterra e São Paulo no Brasil. Com isso, o intuito foi apresentar como a arquitetura hostil pode se manifestar em diferentes lugares do mundo com o mesmo objetivo: repelir e segregar, independente das questões econômicas, sociais e políticas do país.

Com base nas informações apresentadas anteriormente, observa-se que apesar de ser uma das maiores metrópoles do mundo, Londres também possui problemas em relação as desigualdades sociais oriundas do século passado e que se perpetuaram até os dias atuais, o que a tornou nos últimos anos conhecida por parecer ser a capital mundial da arquitetura hostil. Em São Paulo a hostilidade no espaço público ocorreu principalmente porque houve muitas políticas urbanas de diferentes governos que incentivaram e colocaram em prática as estratégias de “limpeza” da cidade.

O próximo capítulo tem como foco apresentar a cidade do estudo de caso da pesquisa, as desigualdades sociais que podem ser encontradas nela e as áreas específicas onde acontecerá as análises.

3 APLICAÇÃO NO TEMA DELIMITADO: O CASO DE CASCAVEL – PR

Vimos no capítulo anterior que a arquitetura hostil está presente em cidades de grande porte. Portanto, para a realização do estudo de caso da análise da arquitetura hostil foi escolhido um município de médio porte¹³, a cidade de Cascavel no Paraná, com o propósito de investigar se a implantação das estratégias hostis acontece com a mesma intensidade em município com uma população menor. Este capítulo discorre sobre a localização e informações pertinentes sobre a formação socioespacial da cidade. Adiante, por meio de mapas foram indicados os três recortes da área de estudo em diferentes categorias: a primeira delas se trata da análise dos mobiliários urbanos hostis no bairro Centro; a segunda categoria abrange os condomínios (enclaves fortificados) como objeto de estudo, e por último, a terceira categoria destinada a verificação de elementos hostis sob pontes e viadutos.

3.1 CASCAVEL – PR

A cidade de Cascavel está localizada na região Oeste do estado do Paraná (figura 31) encontrando-se entre a Latitude: 25°0'21.09" e 24°55'1.02" Sul e Longitude: 53°31'47.61" e 53°23'16.74" Oeste, com uma altitude média de 800 metros em relação ao nível do mar, e área territorial de 2.091 km² (VALMORBIDA, 2012, p. 31).

Figura 31 – Localização do município de Cascavel, Paraná.



Fonte: Abreu (2006), organizada pela autora.

¹³ Conforme a Estimativa Populacional do IBGE (2019), a cidade de Cascavel possui 328.454 habitantes, o que permite classificá-la como uma cidade de médio porte.

A colonização e povoação da cidade aconteceu no início do século XVIII por meio tropeirismo – fenômeno caracterizado pelo grande fluxo migratório de pessoas vindas dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (SPERANÇA, 2002). Contudo, o povoamento da área aconteceu efetivamente a partir de 1910 com a chegada dos descendentes de imigrantes eslavos, no período do ciclo da erva-mate (MUNICÍPIO DE CASCAVEL, s/d c).

Atualmente, com 68 anos desde a sua emancipação, segundo o Município de Cascavel (s/d c), a cidade é hoje o polo econômico da região, sendo então reconhecida como a Capital do Oeste do Paraná. O cultivo da soja, do trigo e do milho são alguns dos principais produtos cultivados correspondendo a 26% da produção de grãos do estado; além disso, a avicultura, bovinocultura e suinocultura dão destaque a economia de Cascavel.

Dessa forma, Cascavel possui influência econômica sobre as demais cidades que fazem limite territorial com o município, como Tupãssi, Cafelândia, Toledo, Corbélia e Braganey ao Norte; Boa Vista da Aparecida e Três Barras do Paraná ao Sul; Campo Bonito e Catanduvas a Leste e a Oeste, as cidades de Lindoeste e Santa Tereza do Oeste (VALMORBIDA, 2012, p. 32). De acordo com as estimativas do IBGE (2019), é a quinta cidade mais populosa do estado possuindo cerca de 328.454 habitantes.

3.2 AS DESIGUALDADES SOCIAIS NO ESPAÇO URBANO

De acordo com Leite (2016, p. 5) o acelerado crescimento e expansão dos setores de prestação de serviços como saúde, educação, empregos e a ampliação do comércio na cidade de Cascavel corroboram para a ideia de que a expansão e o desenvolvimento no município estão conectados, o que pode ser um equívoco já que “enquanto fenômeno social, a noção de desenvolvimento não corresponde diretamente aos avanços econômicos ou a uma posição de destaque na região”.

Com base nisso Bortoloto (2006) acrescenta que

O crescimento urbano de Cascavel, não se difere de outros centros urbanos, se caracteriza pela existência de diversos vazios urbanos periféricos e centrais, sendo esses dotados de infra-estrutura (sic) e exorbitante valor especulativo. Em consequência, a maioria da população pobre localiza-se na periferia das cidades, ocupando terras irregulares e áreas de preservação ambiental, acarretando consequências danosas para o meio ambiente e o crescimento de sub moradias (BORTOLOTO, 2006, p. 4).

Desse modo, Ramão (2008, p. 223-224) revela que os bairros localizados na faixa norte até o extremo leste – e parte da região sul e oeste – da cidade possuem o mais baixo padrão

construtivo da cidade, com muitas edificações precárias sendo consideradas áreas periféricas. Pode-se destacar os bairros Brasília, Periolo, Interlagos, Cataratas, Floresta, Santa Cruz, Morumbi e 14 de Novembro, sendo que destes apenas o Brasília e o Periolo possuem taxas de homicídio menor do que a média municipal. A autora aponta também que o acesso a infraestrutura urbana e os serviços coletivos são insuficientes e entre as unidades administrativas que se destacam pela ausência desses serviços estão; o Interlagos, Brazmadeira, Morumbi, Periolo, Cataratas, Cascavel Velho, Santa Cruz e Santo Onofre, ficando mais uma vez evidente que as regiões que se encontram nas margens do perímetro urbano são as que mais sofrem com a periferização. Portanto, se as zonas norte, sul, leste e oeste da cidade apresentam características de precariedade, não se pode afirmar o mesmo da região central e do seu entorno, que detém de 90 a 100% de qualidade no atendimento aos cidadãos em relação a infraestrutura.

Para correlacionar esses dados a temática abordada na pesquisa, é preciso entender a situação das pessoas desabrigadas. Mesmo com a evolução desses índices, Cascavel ainda tem inúmeras desigualdades que refletem nas condições de vida dos seus habitantes, afetando alguns grupos favorecendo o surgimento dos moradores de rua (LEITE, 2016, p. 7).

Para tentar resolver o problema, o governo municipal de Cascavel há dez anos realiza o Serviço de Abordagem Social por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social com o intuito de abrigar esses indivíduos em situação de vulnerabilidade, no entanto, muitos desses cidadãos recusam a ajuda preferindo estar na rua (CATVE, 2019).

Somente no ano de 2012 foram atendidas cerca de 970 pessoas no Centro POP¹⁴ (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua) de Cascavel (COTTA, 2012). A seguir, na tabela 2 são apresentadas as estatísticas referentes a faixa etária dos indivíduos atendidos.

¹⁴ Com aproximadamente 50 atendimentos por dia, o Centro POP é um dos serviços sociais de referência na cidade. Localizado no bairro Alto Alegre, o Centro é o primeiro lugar onde a pessoa sem abrigo é auxiliada podendo fazer refeições, cuidar da higiene pessoal e lavar as roupas; já a Casa POP é o lugar onde eles podem dormir (MUNICÍPIO DE CASCAVEL, s/d b). Diferentemente do Centro, a Casa POP é um serviço de acolhimento provisório para pessoas em situação de abandono, migração, vínculos familiares rompidos e dificuldade de autossustento. A respeito dos atendimentos prestados, o serviço promove a reinserção social; o acesso a serviços e programas de benefícios; promove programações culturais e de lazer; auxilia no combate à violência e garante o acesso à qualificação profissional a fim de reinseri-los na sociedade (MUNICÍPIO DE CASCAVEL, s/d a).

Tabela 1 – Faixa etária das pessoas em situação de rua atendidas em 2012.

Faixa etária	Número de pessoas
Idosos	34
Entre 50 e 60 anos	79
Entre 40 e 50 anos	181
Entre 30 e 40 anos	336
Entre 18 e 30 anos	332
Menor de 18 anos (crianças acompanhadas pela família)	15

Fonte: Cotta (2012), organizada pela autora.

Ao observar a tabela 2, nota-se que a maioria das pessoas que se encontram desabrigadas são jovens entre os 18 e 40 anos, totalizando 668 pessoas o que corresponde a mais da metade das pessoas acolhidas.

Para a identificação do perfil dos usuários do Centro POP foram realizadas entrevistas com 183 pessoas e o resultado dessa pesquisa foi compilado na tabela 3, onde constata-se que: a maior parte dos indivíduos (62%) trabalhou com carteira assinada – o que pode dar a entender o desemprego como um dos fatores para justificar a necessidade de acolhimento – além disso, os problemas familiares e de dependência química (álcool e drogas) são razões que levam muitas pessoas a viverem na ruas. Mesmo com a maioria dormindo em albergues nota-se que muitos ainda permanecem dormindo ao relento expostos as mudanças climáticas e a violência (COTTA, 2012).

Tabela 2 – Identificação das pessoas atendidas em 2012 pelo Centro POP.

Características	Número de pessoas
Teve emprego (carteira assinada)	114
Costuma dormir em albergue	85
Costuma dormir na rua	60
Mora na cidade a pelo menos um mês	61
Mora na rua a pelo menos seis meses	59
Mora na rua por problemas familiares	56
Mora na rua por questões de alcoolismo/drogas	44
Tem família na cidade	50

Fonte: Cotta (2012), organizada pela autora.

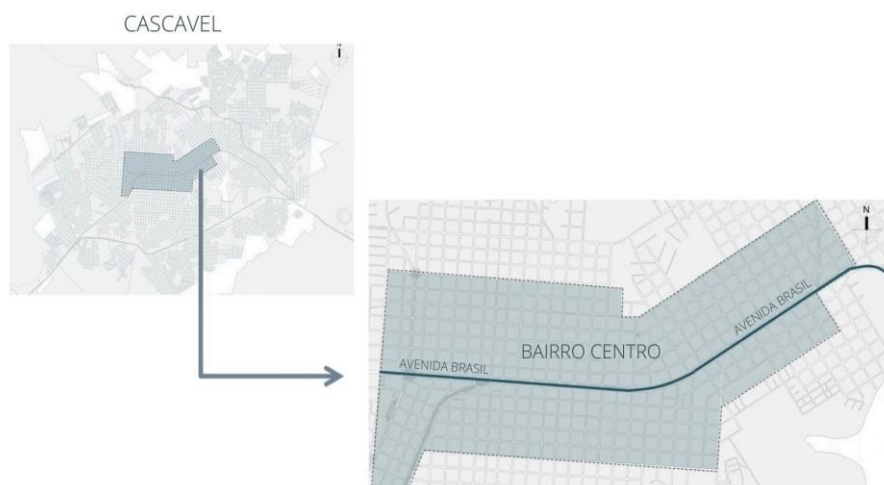
Segundo o secretário Hudson Moreschi da Câmara de Cascavel (2019), atualmente não é possível saber o número exato de moradores de rua que vagam pela cidade, o que se sabe é que existe um grupo fixo de pelo menos 100 pessoas e muitas outras ocasionalmente se encontram nessa situação de rua. Cabe ressaltar, que nem todas elas são cascavelenses, muitas dessas pessoas são andarilhos e artistas que vêm de cidades vizinhas em busca de melhores oportunidades e condições de vida e acabam nas ruas (CATVE, 2019).

3.3 RECORTES DAS ÁREAS DE ESTUDO

Com a intenção de analisar a presença de arquitetura hostil na cidade de médio porte de Cascavel – PR foram escolhidas para o estudo de caso três áreas em três diferentes categorias. A primeira área corresponde ao bairro Centro (aproximadamente 6,3km² de extensão ou cerca de 332 quadras) onde serão observados os mobiliários e artefatos hostis (bancos, *spikes*, grades, barreiras, vasos de plantas, pedras, etc).

A escolha dessa região leva em consideração que o bairro Centro é o maior do município tanto em extensão como em relação a população, concentrando o maior número de atividades comerciais, econômicas e sociais e a melhor infraestrutura urbana da cidade – onde os desabrigados podem se instalar e se proteger com mais facilidade sob as marquises das lojas e edificações, nas soleiras das vitrines, nos bancos dos pontos de ônibus ou nas praças. A figura 32 indica o perímetro do bairro Centro em relação a cidade de Cascavel onde deve ocorrer a primeira das análises da pesquisa.

Figura 32 – O bairro Centro localizado em Cascavel.



Fonte: GeoPortal (2020), organizada pela autora.

A segunda categoria deve observar a existência de enclaves fortificados (condomínios fechados, shoppings centers e centros comerciais) em diferentes regiões do espaço urbano, a fim de compreender se eles se concentram em uma mesma área ou se estão dispersos no perímetro. A seguir, na figura 33 em azul estão destacados 18 dos enclaves fortificados (condomínios fechados/edifícios residenciais); os pontos verdes (4) são os shoppings centers e por fim, os pontos rosas (2) que se trata dos centros comerciais, totalizando assim, 24 enclaves a serem examinados.

Figura 33 – Localização dos enclaves fortificados escolhidos para o estudo.



Fonte: GeoPortal (2020), organizada pela autora.

A última categoria corresponde aos viadutos dentro do perímetro urbano responsáveis por fazer a ligação de um bairro ao outro. No mapa a seguir (figura 34) foram apontados os pontos onde se encontram os viadutos que serão examinados no estudo.

Figura 34 – Mapa identificando a localização dos viadutos escolhidos para a análise.



Fonte: GeoPortal (2020), organizada pela autora.

Ao todo serão verificados 7 viadutos, sendo que: 4 deles estão localizados na região Norte da cidade na BR-467 entre os bairros Cancelli, Canadá e São Cristóvão respectivamente; os outros 3 viadutos estão na zona Sul do município na BR-277 fazendo divisa com os bairros 14 de Novembro, Parque São Paulo, Santa Felicidade e Cascavel Velho.

3.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo foi abordada a cidade de Cascavel no Paraná onde deve ser realizado o estudo de caso desta pesquisa. Para melhor compreensão foram apresentadas a localização do município e uma breve contextualização da sua origem e desenvolvimento. Posteriormente, explanou-se sobre o espaço urbano do município e alguns problemas encontrados relacionados a desigualdades sociais a fim de perceber como eles podem ter influenciado na formação de uma sociedade segregada. Adiante, apontou-se os mapas identificando os recortes das áreas de estudo que são o bairro Centro (destinado para a observação dos mobiliários), e em seguida dois mapas da cidade de Cascavel onde o primeiro indica os enclaves fortificados e o segundo aponta os viadutos, respectivamente.

O capítulo a seguir deve apontar os dados e informações coletados no estudo de caso por meio da pesquisa de campo nas áreas identificadas anteriormente, a fim de responder o problema inicial da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A presente monografia teve como propósito revelar como a Arquitetura e o Urbanismo são fundamentais no âmbito social, cultural, acadêmico e profissional visando uma sociedade mais justa e inclusiva. Inicialmente, apresentou-se os fundamentos da arquitetura e do urbanismo que são a base para a formação do profissional arquiteto e urbanista, resgatando o seu contexto histórico e sua importância na origem e desenvolvimento das cidades até hoje. Diante desses fundamentos, pode-se concluir que a construção social do espaço urbano e a forma como as cidades contemporâneas se desenvolveram foram razões imprescindíveis para o surgimento da arquitetura hostil.

Ainda no primeiro capítulo, por meio da contextualização do termo arquitetura hostil e sua finalidade, e a apresentação dos artefatos e elementos hostis é possível compreender como a arquitetura tomou um rumo diferente daquilo que deve ser sua função: servir de abrigo, e se tornou um agente propagador da segregação socioespacial acentuando os problemas da sociedade e moldando o comportamento das pessoas no espaço urbano. Como exposto por Andreou (2015), o que mais impressiona nesse tipo de arquitetura é que na maioria das vezes, ela não é um incidente, mas sim um processo de concepção onde existem pessoas responsáveis por projetar, aprovar e financiar esses elementos explícitos excludentes. Esse processo evidencia como a preocupação com a higienização das cidades e a naturalização do fenômeno pela sociedade, ignora as condições humanas. Como colocado por Gehl (2010, p. 11): “nós moldamos as cidades, e elas nos moldam”, sendo assim, tornar as cidades mais hostis, nos tornará mais hostis dentro delas afetando a relação com espaço urbano.

Em sequência, no segundo capítulo foram expostos correlatos de cidades onde é possível encontrar a arquitetura hostil. As cidades abordadas foram Londres e São Paulo, que permitiram ao leitor compreender que a hostilidade na arquitetura está implantada em diferentes regiões do mundo, independente das questões econômicas, sociais e culturais do país, atingindo até as grandes metrópoles mundiais que são consideradas desenvolvidas.

Dando continuidade a pesquisa, o terceiro capítulo expõe a cidade do estudo Cascavel – PR, sua localização geográfica, um breve histórico da sua origem e construção, dados sobre o município e mapas identificando os recortes das áreas de estudo: o primeiro mapa corresponde ao bairro Centro onde devem ser analisados os mobiliários e dispositivos; no segundo mapa foram apontados os enclaves fortificados, e por fim no último mapa estão indicados os viadutos.

A seguir, o quarto capítulo será destinado a coleta de dados por meio de levantamento fotográfico dos mobiliários, artefatos e enclaves fortificados na cidade de Cascavel, para em seguida realizar a análise das informações obtidas com a finalidade de responder o problema inicial da pesquisa: É possível notar a arquitetura hostil em cidades de médio porte e quais as suas consequências? Assim, validando ou refutando as hipóteses iniciais de que a arquitetura hostil existe nas cidades de médio porte mas em uma escala menor e que a arquitetura hostil existe por conta da violência e do crime da contemporaneidade que causam a propagação da segregação socioespacial.

REFERÊNCIAS

ABC CONSTRUÇÕES. Gentileza gera muito mais que gentileza. **Blog da ABC**, 2019. Disponível em: <<https://abconstrucoes.com.br/blog/gentileza-gera-muito-mais-que-gentileza/>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

ABREU, Raphael Lorenzeto de. **Ficheiro Parana Municip Cascavel.svg**, 2006. Disponível em: <https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Parana_Municip_Cascavel.svg>. Acesso em: 18 abr. 2020.

_____. **Ficheiro São Paulo Municip São Paulo.svg**, 2006. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:SaoPaulo_Municip_SaoPaulo.svg>. Acesso em: 28 abr. 2020.

AGÊNCIA TÊTE-À-TÊTE. **Gentileza Urbana** - Varandas - Tête-à-Tête Design. 2019. Disponível em: <<https://agenciateteatete.com.br/gentileza-urbana-varandas>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

ALVES, Jorge. Biografia Oscar Niemeyer [1907 - 2012]. **ArchDaily Brasil**, 2012. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-77626/biografia-oscar-niemeyer-1907-2012>>. Acesso em: 04 abr. 2020.

ANDRADE, Patricia Alonso de. Quando o design exclui o Outro: dispositivos espaciais de segregação e suas manifestações em João Pessoa PB. **Arquitextos**, São Paulo, ano 12, n. 134.05, Vitruvius, jul. 2011. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.134/3973>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

ANDREOU, Alex. Anti-homeless spikes: ‘Sleeping rough opened my eyes to the city’s barbed cruelty’. **The Guardian**, v. 19, 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/society/2015/feb/18/defensive-architecture-keeps-poverty-undeen-and-makes-us-more-hostile>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

ARCHDAILY BRASIL. **25º Prêmio IAB-MG de Gentileza Urbana**. 2018. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/905790/25o-premio-iab-mg-de-gentileza-urbana>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

BATALLER, Maria Alba Sargatal; BOTELHO, Maurilio Lima. O estudo da gentrificação. **Revista Continentes**, n. 1, p. 9-37, 2012. Disponível em: <<http://www.revistacontinentes.com.br/continentes/index.php/continentes/article/view/5/4>>. Acesso em: 04 abr. 2020.

BORRAMEO, Leah. These anti-homeless spikes are brutal. We need to get rid of them. **The Guardian**, v. 23, 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2015/jul/23/anti-homeless-spikes-inhumane-defensive-architecture>>. Acesso em: 08 abr. 2020.

BORTOLOTO, Claudimara Cassoli. Da periferia para os vazios urbanos: um estudo sobre o movimento dos trabalhadores sem-teto de Cascavel. In: **II Simpósio Estadual de Lutas Sociais na América Latina**. Londrina, 2006.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2000.

CÂMARA DE CASCAVEL. **Abordagem a pessoas em situação de rua é tema de reunião na Presidência**, 2019. Disponível em: <<https://www.camaracascavel.pr.gov.br/noticias/item/8296-abordagem-a-pessoas-em-situacao-de-rua-e-tema-de-reuniao-na-presidencia.html>>. Acesso em: 05 mai. 2020.

CAMPOS, Malta Candido. Urbanismo e antiurbanismo no debate nacional. **Estudos Avançados**, v. 29, n. 85, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142015000300015&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 25 mar. 2020.

CAPITAL DE SÃO PAULO. **Prefeitura de São Paulo divulga Censo da População em Situação de Rua 2019**. 2020. Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-de-sao-paulo-divulga-censo-da-populacao-em-situacao-de-rua-2019>>. Acesso em: 05 mai. 2020.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A natureza do espaço fragmentado. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura; SOUZA, Maria Adélia A. de. (Org.). **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

CARTA MUNDIAL PELO DIREITO À CIDADE. **Fórum Social Mundial Policêntrico de 2006**. Disponível em: <<https://www.polis.org.br/uploads/709/709.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

CATVE. **Frio: Assistência Social intensifica abordagens a pessoas em situação de rua**. 2019. Disponível em: <<https://www.catve.com/noticia/6/257249/frio-assistencia-social-intensifica-abordagens-a-pessoas-em-situacao-de-rua>>. Acesso em: 05 mai. 2020.

CAVALCANTE, Zedequias Vieira; SILVA, Mauro Luis Siqueira da. A importância da revolução industrial no mundo da tecnologia. **VII EPCC – Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar** – Maringá, 2011. Disponível em: <https://www.unicesumar.edu.br/epcc-2011/wp-content/uploads/sites/86/2016/07/zedequias_vieira_cavalcante2.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2020.

CEZARIO, Raquel Chaffin; CAETANO, Rodrigo da Costa. Metrôpoles brasileiras: o reflexo da segregação sócio-espacial. **Semana de Ciências Humanas**, v. 6, p. 237-243, 2010. Disponível em: <<http://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/ENGEO/article/view/1670>>. Acesso em: 02 abr. 2020.

COHEN, Josh. New anti-homeless architecture: Seattle uses bike racks to block rough sleepers. **The Guardian**, 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/cities/2018/jan/24/anti-homeless-architecture-seattle-bike-racks-block-rough-sleepers>>. Acesso em: 08 mai. 2020.

COLIN, Silvio. **Uma introdução à arquitetura**. Rio de Janeiro: Uapê, 2002.

CORBUSIER, Le. **A Carta de Atenas**. São Paulo: HUCITEC: EDUSP, 1993.

CORRÊA, Amanda. Capital da Inglaterra: tudo o que precisa saber sobre Londres. **Eurodicas**, 2019. Disponível em: <<https://www.eurodicas.com.br/capital-da-inglaterra/>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

COSTA, Clara. Enclaves fortificados. **Medium**, 2018. Disponível em: <https://medium.com/@claracosta_/enclaves-fortificados-363f08cda8c8>. Acesso em: 20 mar. 2020.

CORTÉS, José Miguel G. **Políticas do Espaço: Arquitetura, Gênero e Controle Social**. São Paulo: Ed. Senac, 2008.

COTTA, Thiago. **Centro POP – Cascavel Público Alvo**. 2012. Disponível em: <<https://slideplayer.com.br/slide/292219/>>. Acesso em: 24 mai. 2020.

COX, Maria Inês Pagliarini; COX, Elisa Pagliarini. Interdições ao corpo no corpo da cidade: arquitetura, urbanismo, discurso e controle social. **Revista Linguasagem**, v. 24, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://www.linguasagem.ufscar.br/index.php/linguasagem/article/view/161/130>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

CUNHA FILHO, Valter Fernandes da. **Cidade e Sociedade: A gênese do urbanismo moderno em Curitiba (1889–1940)**. 1998. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: <<https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27079/D%20-%20CUNHA%20FILHO,%20VALTER%20FERNANDES%20DA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

DAILY MAIL REPORTER. Council bans controversial Mosquito device used to fight anti-social behaviour. **Dailymail**, 2008. Disponível em: <<https://www.dailymail.co.uk/news/article-1026307/Council-bans-controversial-Mosquito-device-used-fight-anti-social-behaviour.html>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

_____. Well that's one solution to people sleeping rough! China puts down concrete spikes to stop beggars dossing under city bridges. **Dailymail**, 2012. Disponível em: <<https://www.dailymail.co.uk/news/article-2168175/Are-lethal-concrete-spikes-stop-beggars-sleeping-city-bridges-REALLY-Chinas-best-option-stop-homeless-problem.html>>. Acesso em: 11 mai. 2020.

DIAS, Solange Irene Smolarek. **Apostila de estudos: História da Arquitetura I**. Cascavel: CAUFAG, 2010.

DILASCIO, Flávio. Londres e o legado olímpico: zona leste da cidade ainda cresce 5 anos depois do Jogos. **Globo Esporte**, 2017. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/paralimpiadas/noticia/londres-e-o-legado-olimpico-zona-leste-da-cidade-ainda-cresce-5-anos-depois-do-jogos.ghtml>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

DINIZ, Beatriz Ferraz. O discurso sobre a vadiagem na Praça da sé (SP). **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 2, p. 341-349, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/psoc/v28n2/1807-0310-psoc-28-02-00341.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2020.

DROHAN, Freya. Shocking online thread sees people calling out cities that have installed 'anti-homeless architecture' - from sharp spikes to bench bars - to stop people from sleeping in public places. **Dailymail**, 2019. Disponível em: <<https://www.dailymail.co.uk/femail/article-7461899/Online-thread-sees-people-calling-cities-installed-anti-homeless-architecture.html>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

EXTRA. População de rua cresce 18% em Londres e atinge recorde de dez anos. **Extra**, 2019. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/mundo/populacao-de-rua-cresce-18-em-londres-atinge-recorde-de-dez-anos-23751372.html>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

FACTORY FURNITURE. **Great Queen Street, Camden**. s/d. Disponível em: <<https://www.factoryfurniture.co.uk/projects/great-queen-street-camden/>>. Acesso em: 04 abr. 2020.

FAG – Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz. **Manual para Elaboração e Apresentação de Trabalhos Acadêmicos 2015**. Cascavel, Paraná: FAG, 2015. Disponível em: <<https://www.fag.edu.br/manuais-e-regulamentos>> Acesso em: 10 mar. 2020.

FARIAS, Adriana. Barracas de moradores de rua se espalham por pontos da capital. **Veja São Paulo**, 2017. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/campings-moradores-de-rua-sao-paulo/>>. Acesso: 17 mai. 2020.

FERRAZ, Sonia Maria Taddei; CABRAL, Fabiana de Matos Carvalho; FURLONI, Camila Bezerra; MADEIRA, Camila Siqueira. Arquitetura da Violência: os custos sociais da segurança privada. **XI Encontro Nacional Da ANPUR**, p. 1-19, 2005. Disponível em: <<http://www.xienanpur.ufba.br/662p.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

FERRAZ, Sonia Maria Taddei; FURLONI, Camila Bezerra; MADEIRA, Camila Siqueira. Arquitetura da violência: morar com medo nas cidades. Quem tem medo de que e de quem nas cidades brasileiras contemporâneas. **RBSE—Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 5, n. 13, p. 54-84, 2006. Disponível em: <<https://www.monografias.com/pt/trabalhos/arquitetura-violencia-cidades-contemporaneas/arquitetura-violencia-cidades-contemporaneas2.shtml>>. Acesso em: 02 abr. 2020.

FERRAZ, Sonia Maria Taddei; ACIOLY, Leticia Lyra; BENAYON, Julia Silva; MENDONÇA, Paula Ramos C. C; ROSADAS, Luiz Gustavo Campos. Arquitetura da violência: a arquitetura antimendigo como eureka da regeneração urbana. **Movimento - Revista de Educação**, n. 3, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32563/18698>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

FERRAZ, Sonia Maria Taddei; PEREIRA, Clara Braga de Britto; ACIOLY, Leticia Lyra; CARDOSO, Nicolle Peres. Quem tem medo de quem nas cidades de hoje? Políticas de segurança pública em tempos neoliberais. **Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM**. n. 34, 2017. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/alhim/5802>>. Acesso em: 07 mai. 2020.

FLICKR. **Survival Group**. s/d. Disponível em <<https://www.flickr.com/photos/7211263@N02/>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

FRANGELLA, Simone Miziara. **Corpos urbanos errantes**: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/279907>>. Acesso em: 04 abr. 2020.

_____. Moradores de rua na cidade de São Paulo: vulnerabilidade e resistência corporal ante as intervenções urbanas. **Cadernos Metrópole**, n. 13, 2005. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/f614/f9f2d1ad58f2816cc8cc800b6467ee774889.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. São Paulo: Contexto, 2001.

GEHL, Jan. **Cidade Para Pessoas**. Perspectiva: São Paulo, 2010.

GEOPORTAL. **Governo Municipal de Cascavel**. 2020. Disponível em:
<<http://geocascavel.cascavel.pr.gov.br/geo-view/index.ctm>>. Acesso em: 02 mai. 2020.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**: coleção pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Bookman Editora, 2009.

GLANCEY, Jonathan. **A História da Arquitetura**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

GOITIA, Fernando Chueca. **Breve história do urbanismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

GOOGLE, INC. **Google Maps**, 2020. Disponível em:
<<https://www.google.com/maps/place/S%C3%A3o+Paulo,+SP/>>. Acesso em: 02 abr. 2020.

GYMPEL, Jan. **História da Arquitectura**: da Antiguidade aos nossos dias. Alemanha: Könnemann, 2001.

HAROUEL, Jean-Louis. **História do urbanismo**. São Paulo: Papirus, 2004.

HERTZBERGER, Herman. **Lições de arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HOMETEKA. **Arquitetura hostil**: 9 imagens para entender como as cidades não são feitas para todos, 2015. Disponível em: <<https://www.hometeka.com.br/pro/arquitetura-hostil-9-imagens-para-entender-como-as-cidades-nao-sao-feitas-para-todos/#jp-carousel-31909>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

IBGE. **IBGE Cidades – Cascavel – Paraná, 2019**. Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/cascavel/panorama>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

_____. **IBGE Cidades – São Paulo – São Paulo, 2019**. Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

KASPER, Christian Pierre. **Habitar a rua**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280488>>. Acesso em: 14 mai. 2020.

KIST, Cristine; TANJI, Thiago. Políticas higienistas nas cidades podem apenas esconder problemas. **Revista Galileu**, 2017. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2017/05/o-que-voce-faz-para-mudar-sua-cidade.html>>. Acesso em: 16 mai. 2020.

KUNSCH, Graziela. A rampa antimendigo e a noção de site specificity, ou Andrea Matarazzo no Soho. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, n. 231, p. 26-30, 2008. Disponível em: <<https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/90/71>>. Acesso em: 02 abr. 2020.

LEITE, Tiago Pereira. Violência e políticas públicas para juventude: aproximações entre os casos de Medellín e Cascavel. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, v. 13, n. 1, p. 27-44, 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/jatsRepo/5142/514252949002/514252949002.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2020.

LEME, Maria Cristina da Silva. **Urbanismo no Brasil: 1895 – 1965**. São Paulo: Studio Nobel/Fauusp/Fupam, 1999.

LE MOS, José Carlos Freitas. Arquitetura ética da alteridade. **Pixo: revista de arquitetura, cidade e contemporaneidade**. Pelotas. vol. 2, n. 5, 2018. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/184382/001080470.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

LERNER, Jaime. **Acupuntura Urbana**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

LEVY, Evelyn. **Democracia nas cidades globais: um estudo sobre Londres e São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

LICHT, Karl Persson De Fine. Hostile urban architecture: A critical discussion of the seemingly offensive art of keeping people away. **Etikk I Praksis - Nordic Journal of Applied Ethics**, n. 2, p. 27-44, 2017. Disponível em: <https://www.ntnu.no/ojs/index.php/etikk_i_praksis/article/view/2052/2245>. Acesso em: 25 mar. 2020.

LIMA, João Ademar de Andrade. Urbanismo como ciência, técnica e arte: sua política e sua proteção legal. São Paulo: **Arquitextos**. Ano 03. Ago. 2002. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.027/760>>. Acesso em: 07 mar. 2020.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados**, v. 17, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200013>. Acesso em: 25 mar. 2020.

_____. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2017.

MARS, Roman. Unpleasant Design & Hostile Urban Architecture. **99% Invisible**, 2016. Disponível em: <<https://99percentinvisible.org/episode/unpleasant-design-hostile-urban-architecture/>>. Acesso em: 08 abr. 2020.

MASCARENHAS, Gilmar. Londres 2012 e Rio de Janeiro 2016: conceito e realidade na produção da cidade olímpica. **Revista Continentes (UFRRJ)**, ano 2, n.3, 2013.

MELGAÇO, Lucas. **Securização urbana**: da psicoesfera do medo à tecnoesfera da segurança. 2010. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-04022011105832/publico/2010_LucasMelgaco.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2020.

MENEZES, Pedro. Opinião: o condomínio de luxo protegido. **Veja São Paulo**, 2020. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/jardins-capa-artigo/>>. Acesso em: 02 abr. 2020.

MONTEIRO, Andreza. 25 motivos para amar os Jardins. **Veja São Paulo**, 2017. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cultura-lazer/motivos-amar-jardins/>>. Acesso em: 02 abr. 2020.

MOREIRA JUNIOR, Orlando. Cidade Partida: segregação induzida e auto-segregação urbana. **Caminhos de Geografia**, v. 11, n. 33, 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15899/8974>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

MOURA, Antônio Augusto Pereira; BORÉM, Letícia Santos. Arquitetura da violência e sua influência no espaço urbano: O caso de Montes Claros/MG. In: **III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/SC/POSTER/SC-CDR-032_MOURA_BOREM.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2020.

MUNICÍPIO DE CASCAVEL. **Casa de Passagem para População em Situação de Rua**. s/d a. Disponível em: <<http://www.cascavel.pr.gov.br/secretarias/cultura/subpagina.php?id=736>>. Acesso em: 05 mai. 2020.

_____. **Centro POP amplia o atendimento e agora conta com a parceria de entidades visando à abordagem mais efetiva.** s/d b. Disponível em:
<<http://www.cascavel.pr.gov.br/beta/noticia.php?id=30521>>. Acesso em: 05 mai. 2020.

_____. **Portal do Cidadão - Município de Cascavel.** s/d c. Disponível em:
<<https://cascavel.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/2>>. Acesso em: 17 abr. 2020.

NEGRI, Silvio Moisés. Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises. **Coletâneas do nosso tempo**, v. 8, n. 08, 2010. Disponível em:
<<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/article/view/108/99>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

NILFANION. **File:** Greater London UK location map.svg, 2010. Disponível em:
<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Greater_London_UK_location_map.svg>. Acesso em: 29 abr. 2020.

NOBLE, Kylie. ‘Anti-homeless’ cages erected for health reasons, says Cardiff University. **The Guardian**, 2014. Disponível em:
<<https://www.theguardian.com/education/2014/oct/09/anti-homeless-cardiff-university-safety-health>>. Acesso em: 16 mai. 2020.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica.** São Paulo: Pioneira, 2002.

PARRA FILHO, Domingos; SANTOS, João Almeida. **Metodologia científica.** São Paulo: Futura, 1998.

PASTANA, Débora Regina. Cultura do medo e Democracia: um paradoxo brasileiro, **Revista Mediações**. Londrina, v.10, n. 2, 2005.

PEREIRA, José Ramón Alonso. **Introdução à história da arquitetura.** Porto Alegre: Bookman Editora, 2010.

PETTY, James. The London spikes controversy: Homelessness, urban securitisation and the question of ‘hostile architecture’. **International Journal for Crime, Justice and Social Democracy**, v. 5, n. 1, p. 67, 2016. Disponível em:
<<https://www.crimejusticejournal.com/article/view/792/550>>. Acesso em: 18 mar. 2020.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Características gerais do município**, 2004. Disponível em:
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/arquivos/secretarias/meio_ambiente/projetos_acoes/0004/capitulo2.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2020.

QUINN, Ben. Anti-homeless spikes are part of a wider phenomenon of ‘hostile architecture’. **The Guardian**, v. 13, 2014. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/artanddesign/2014/jun/13/anti-homeless-spikes-hostile-architecture>>. Acesso em: 04 abr. 2020.

RAMÃO, Fernanda Pamplona. **Espaço urbano e criminalidade violenta**: análise da distribuição espacial dos homicídios no município de Cascavel/PR. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Toledo. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n35/v18n35a13.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2020.

REDE NOSSA SÃO PAULO. Mapa da Desigualdade 2019. **Rede Nossa São Paulo**, 2019. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Mapa_Desigualdade_2019_tabelas.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2020.

RIBEIRO, Wagner Costa. Riscos e vulnerabilidade urbana no Brasil. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Universidad de Barcelona, v. 14, n. 331, p. 65, 2010. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-65.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

ROCHA JUNIOR, Antonio. Arquitetura antimendigos. **Espírito de geometria**, 2010. Disponível em: <<http://espiritodegeometria.blogspot.com/2010/07/arquitetura-antimendigos.html>>. Acesso em: 02 abr. 2020.

ROSANELI, Alessandro Filla. **Olhares pelo espaço público**. 1 ed. Curitiba: Setor de Tecnologia da UFPR, 2019. Disponível em: <http://www.tecnologia.ufpr.br/portal/observatoriodoespacopublico/wp-content/uploads/sites/36/2019/10/LIVRO_2019_VF.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

ROTH, Leland. **Entender a arquitetura**: seus elementos, história e significado. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

SABOYA, Renato. Urbanismo e planejamento urbano no Brasil – 1875 a 1992. **Blog Urbanidades**, 2008. Disponível em: <<https://urbanidades.arq.br/2008/11/10/urbanismo-e-planejamento-urbano-no-brasil-1875-a-1992/>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

SAVICIC, Gordan; SAVIC, Selena. Unpleasant Design. Designing Out Unwanted Behaviour. **5th STS Italia Conference**. A Matter of Design: Making Society through Science and Technology. Milan, 14 p, 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/7475506/Unpleasant_Design._Designing_Out_Unwanted_Behaviour>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SERRA, Geraldo Gomes. **O Espaço natural e a forma urbana**. São Paulo: Nobel, 1987.

SEVERINI, Valéria Ferraz. Turismo e Hospitalidade Urbana: repensando a sustentabilidade das grandes cidades. In: **III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/ST/ST-AS-0012_FERRAZ.SEVERINI.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020.

SCHMIDT, Selma. Chuveirinho vira arma para espantar mendigo. **O Globo**, 2005. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/390687/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

SILVA, Gabriel Oliveira de. **Gentrificação e higienização social**: um estudo de caso acerca do desvirtuamento do instituto da desapropriação. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito), Faculdade Baiana de Direito. Salvador. Disponível em: <<http://portal.faculdadebaianadedireito.com.br/portal/monografias/Gabriel%20Oliveira%20da%20Silva.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

SILVA, Manoel Mariano Neto da; LIMA, Daniela Freitas de; JUNIOR, Almir Mariano de Sousa; CARVALHO, Carla Caroline Alves. Segregação socioespacial: os impactos das desigualdades sociais frente a formação e ocupação do espaço urbano. **Revista Monografias Ambientais**, v. 15, n. 1, p. 256-263, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/21330/pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

SMITH, Neil. Contornos de uma política especializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, Antônio Augusto. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

SOUZA, Eduardo; PEREIRA, Matheus. Arquitetura hostil: A cidade é para todos? **ArchDaily Brasil**, 2018. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/888722/arquitetura-hostil-a-cidade-e-para-todos>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

SOUZA, Marcelle Machado. **Sorria você está sendo filmado**: a consolidação de uma sociedade de controle sobre o direito fundamental à privacidade e sobre as formas de interação espontânea e participação democrática nos espaços públicos e privados. 2008. Dissertação (Mestrado Departamento de Direito), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp113697.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

SPERANÇA, Alceu. **Cascavel**: a história. Curitiba: Lagarto Editores, 1992.

TAVARES, Diego Amador. *Arquitetura da violência: Um estudo sobre insegurança pública em Belém em meio à segregação social e a cultura da barbárie*. **3º Encontro da Região Norte da Sociedade Brasileira de Sociologia: Amazônia e Sociologia: fronteiras do século XXI**. Manaus, 2012. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/20565712-Arquitetura-da-violencia-um-estudo-sobre-inseguranca-publica-na-cidade-de-belem-em-meio-a-segregacao-social-e-a-cultura-da-barbarie.html>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

TEGRA INCORPORADORA. **O que são Gentilezas Urbanas? E o que a Tegra já fez sobre isso?** 2019. Disponível em: <<https://www.tegraincorporadora.com.br/blog/tegra/gentilezas-urbanas-tegra/>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

TVARIJONAS. **Camden Bench: Segregation by Design**. 2017. Disponível em: <<https://tvarijonas.com/blog/camden-bench-segregation-by-design>>. Acesso em: 04 abr. 2020.

UNPLEASANT DESIGN. **The mosquito device**. s/d. Disponível em: <<http://unpleasant.pravi.me/mosquito/>>. Acesso em: 17 mai. 2020.

VALMORBIDA, Leomar. **Densidade urbana e populacional e seus efeitos multitemporais na cidade de Cascavel/PR**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geomática), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9553/VALMORBIDA%2c%20LEOMAR.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 17 abr. 2020.

VENTURA, Thaísa Folgosi Fróes. **Interface entre espaço público e privado: a influência da legislação na produção do espaço urbano**. 2016. Dissertação (Mestrado de Planejamento Urbano e Regional), Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-02092016-133110/publico/thaisaventurarev.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2020.

VICENTE, Rallo Guinot. Biografia de Ildefonso Cerdá. **Revista de Obras Públicas**. Madrid, n. 3018, p. 820-821, 1966.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço intraurbano no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Studio Nobel/Fafesp, 2001.

_____. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. (Org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Fupam/Edusp, 1999.

WONG, Kate. **The rise of hostile architecture**. CNN, 2018. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2017/11/28/world/gallery/hostile-architecture/index.html>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

YIN, Robert. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZEVI, Bruno. **Saber ver a arquitetura.** 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.